

Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil

LUIZ H. DE B. HORTA BARBOSA

I — ORIGEM, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (E.T.U.B.), teve a sua origem nas transformações sucessivas por que passou o *Escritório do Plano da Universidade*, criado em 17 de setembro de 1935, mediante portaria do Sr. Ministro da Educação e Saúde. Esse Escritório estava subordinado a uma Comissão designada pelo aludido Ministro, nos termos de sua portaria do dia 19 de junho do mesmo ano, para elaborar um plano de organização da *Universidade Nacional* que permitisse, simultaneamente, a instalação da Cidade Universitária.

Em 1937, pela Lei n.º 452, de 5 de julho, foi instituída a *Comissão do Plano da Universidade do Brasil* como decorrência da primeira localização adotada na Quinta da Boa Vista. A aludida Lei foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 1.075, de 26 de janeiro de 1939, passando a Comissão a funcionar com três membros: um nato, o Reitor da Universidade do Brasil e dois outros nomeados pelo Sr. Presidente da República, dentre professores catedráticos da própria universidade do Brasil, além de uma Secretária, o Serviço de Arquitetura e o Serviço de Engenharia.

Posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 3.207, de 23 de abril de 1941, os dois Serviços foram fundidos e passaram a constituir a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

Já em 1944, nos termos de sua Exposição de Motivos n.º 103, de 24 de março, propunha o Sr. Ministro da Educação e Saúde, ao Sr. Presidente da República, fôsse organizado, sob a direta dependência do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), um escritório técnico especial para assumir o encargo de projetar e executar as obras de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, e mais que, junto a esse Escritório Técnico, funcionasse uma delegação do Ministério da Educação e Saúde, para apresentação de dados e estudos de natureza propriamente universitária.

Como resultado do sugerido pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde, a 30 de dezembro de 1944 foi assinado o Decreto-lei n.º 7.217, extinguindo, naquele Ministério, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil e criando, na Divisão de Edifícios Públicos do D.A.S.P., o atual Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Em fins de 1948, a organização e situação desse Escritório Técnico foram reexaminados pelo então Ministro da Educação e Saúde, que opinou favoravelmente ao seu prosseguimento nas condições vigentes. A Lei n.º 447, de 20 de outubro daquele ano, abrindo crédito especial para as obras, referiu-se expressamente ao Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, criado pelo Decreto-lei n.º 7.217, de 30-12-1944.

A partir de 1949, o E.T.U.B. passou a funcionar sob a orientação de uma Comissão Supervisora, que já fôra sugerida pelo Ministro da Educação e Saúde, nos termos da sua Exposição de Motivos n.º 103, de 24-3-1944. Essa Comissão, designada pela Portaria n.º 4, de 10-2-1949, do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil foi confirmada pelo Aviso n.º 49, de 16 de fevereiro do mesmo ano, daquele Ministro de Estado.

As Normas de Trabalho da Comissão Supervisora do Planejamento da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (C.S.P.), submetidas ao Sr. Presidente da República, pelo titular daquela pasta, com a exposição de motivos n.º 340, de 20-4-1950, mereceram integral aprovação.

As atribuições da Comissão Supervisora do Planejamento (C.S.P.) ampliaram-se, depois, de modo a abrangerem a própria Execução, (C.S.P.E.), e outros poderes delegados pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Tais extensões mereceram aprovação do Sr. Presidente da República, conforme despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 1.049, de 10-6-1952, do D.A.S.P.

Integram, desde o início, o órgão supervisor em causa, quatro representantes da Universidade, um do Sr. Ministro da Educação e Cultura, outro da D.E.P. do D.A.S.P. e o Chefe do E.T.U.B.

Dessa Comissão, que até o presente efetuou 259 sessões, já participaram as seguintes pessoas:

I — Como representante do M.E.S. ou M.E.C.:

1. Eng.º Eduardo Rios Filho.

II — Como representante do Magnífico Reitor da U.B.:

1. Professor Maurício Joppert da Silva
2. Professor Nahul Benévolo.

III — Como representante do Conselho Universitário da U.B.:

1. Prof. Augusto Brandão Filho — Diretor da F. N. de Medicina.

IV — Como representante da E. N. de Engenharia e na qualidade de seu Diretor:

1. Prof. Francisco de Sá Lessa
2. Prof. Ruy de Lima e Silva
3. Prof. Jorge Ribeiro Leuzinger
4. Prof. Cesar de Cantanhede e Almeida; e
5. Prof. Rufino de Almeida Pizarro.

V — Como representante da F. N. de Arquitetura e na qualidade de seu Diretor.

1. Prof. Paulo Ewerard Nunes Pires; e
2. Prof. Lucas Mayerhofer.

VI — Como representante da Divisão de Edifícios Públicos do D. A. S.P.:

1. Arq. Rubens Moreira Tôrres; e
2. Eng.º Lucílio Briggs Brito.

VII — Como representante do E.T.U.B. e na qualidade de seu Chefe:

1. Eng.º Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa.

O Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil tem a seguinte organização, resultante de sucessivas adaptações, aconselhadas pelo acúmulo de experiências e indispensáveis ao vulto crescente dos trabalhos:

1. Chefia
2. Coordenação
3. Serviço de Planejamento Arquitetônico
4. Serviço de Planejamentos Complementares, Instalações e Equipamentos
5. Serviço de Execução e Fiscalização
6. Serviço de Administração.

As normas administrativas vigentes são, em suma, as seguintes:

a) os atos referentes aos servidores requisitados de outras repartições ou vindos do próprio D.A.S.P., bem como relativos aos que correm à conta da antiga Verba 3, obedecem às respectivas normas do Serviço Público em geral. O pessoal técnico especializado é admitido de conformidade com os Decretos-lei ns. 6.749 e 6.751, ambos de 29-7-44;

b) os projetos, especificações e orçamentos para a execução e obras e instalações, depois de parecer favorável da C.S.P.E., são levados à aprovação do Sr. Ministro da Educação e Cultura e, sempre que a legislação o exige, à consideração final do Sr. Presidente da República, por intermédio do D.A.S.P.;

c) as concorrências públicas ou administrativas, bem como as coletas e tomadas de preços, são efetuadas segundo as normas do Código de Contabilidade da União, mediante prévia anuência da C.S.P.E. que envia os resultados julgados satisfatórios à deliberação do Sr. Ministro da Educação e Cultura, juntamente com as minutas dos contratos respectivos;

d) as despesas por conta de adiantamentos e suprimentos têm as suas comprovações disciplinadas pelas normas do Código de contabilidade Pública, quando se referem à Verba 3. Quando, porém, provêm da Verba 4, são examinadas pela C.S.P.E. e encaminhadas à aprovação do Sr. Ministro da Educação e Cultura, depois de que são levadas ao conhecimento do Conselho de Curadores da Universidade do Brasil;

e) as faturas contratuais e outras que não correm à conta de adiantamentos e suprimentos, são visadas pelo E.T.U.B. e enviadas à Universidade do Brasil onde, depois de aprovadas pelo Conselho de Curadores, são liquidadas na respectiva Tesouraria.

Várias comissões e turmas especializadas têm cooperado com o Escritório Técnico da Cidade Universitária. Dentre elas devemos lembrar as seguintes:

1.^a) Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia, uma turma de sondagens e mecânica dos solos, tendo em vista as fundações dos diversos edifícios, pontes e outras construções. Esses trabalhos estiveram a cargo do engenheiro Mário Brandi Pereira, nos termos do ofício n.º 50, de 22-1-1949, do aludido Instituto.

2.^a) Para estudos de orientação, conforto, insolação, ventilação, acústica e outros análogos, constituiu-se outra turma de técnicos sob a direção do Dr. Paulo Sá, de conformidade com os ofícios ns. 391 e 576, de 2-6-1950 e 10-8-1950, respectivamente, do Instituto Nacional de Tecnologia.

3.^a) Os trabalhos para a desapropriação das ex-ilhas de Baiacú, Cabras e Catalão, bem como os de avaliação das indenizações necessárias à liberação dos terrenos reservados, por lei, para a Cidade Universitária, inclusive para a remoção dos ocupantes e favelados de parte da ex-ilha da Sapucaia, estiveram a cargo de uma *Comissão de Desapropriações e Indenizações*. Essa Comissão foi integrada por um representante do M.E.S. (of. 236, de 11-3-1951, do Diretor do D.A.), outro do Serviço do Patrimônio da União (ofs. 180, de 13-3-51, 505, de 18-7-51 e 631, de 12-7-52, do respectivo Diretor) e um terceiro do D.A.S.P. (portaria n.º 300, de 21-3-51, do Diretor-Geral) e, posteriormente, por um Assistente Jurídico, solicitado ao Ministério da Fazenda pelo of. E.T.U.B. n.º 511, de 9-7-52, dirigido ao Serviço do Patrimônio da União.

Tal Comissão foi ampliada em meados de 1954, com a designação de um representante da P.D.F. (of. SG. 152, de 10-5-1954), outro do Ministério da Guerra (portaria n.º 360, de 28-5-1954) e um terceiro do Ministério da Aeronáutica (portaria n.º 486, de 23-9-1954). Assim transformada em Comissão Interministerial, as suas atribuições estenderam-se aos problemas ligados à construção da Ponte Oswaldo Cruz e da avenida projetada entre ela e a Av. Brasil, e também do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, execução da avenida correspondente ao canal do Faria e respectivo trevo, remoção de grande depósito de explosivos que existia na ex-ilha das Cobras. Coube ainda a essa Comissão promover não só nova finalidade para a construção que o Minis-

tério da Guerra mantinha paralisada na ex-ilha do Bom Jesus para um presídio militar, como resolver muitos outros problemas de interesse para os órgãos públicos representados na mesma Comissão.

II — PLANO EM EXECUÇÃO

Os encargos de projetar e executar as obras e serviços da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, constituem dever específico do Escritório Técnico, nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944, posteriormente confirmado pela Lei n.º 447, de 20-10-1948.

Não obstante a origem legal dessas atribuições, o assunto foi focalizado pelo Chefe do E.T.U.B. perante o Sr. Diretor Geral do D.A.S.P. que, pelo ofício n.º 38, de 7-1-1949, transferiu a decisão a respeito ao Sr. Ministro da Educação e Saúde. Mediante o Aviso n.º 89, de 21-1-1949 adotou S.S.^a a seguinte orientação para o caso:

Senhor Diretor:

Acuso o recebimento do ofício n.º 38, datado de 7 do corrente mês, por meio do qual Vossa Excelência houve por bem transferir-me a decisão final a respeito da consulta que lhe foi feita pelo Chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, sobre o procedimento que deverá adotar para a seleção dos projetos arquitetônicos necessários à construção da referida Cidade Universitária: a abertura de concurso público, nos termos da Lei n.º 125, de 3 de dezembro de 1935, ou, pelo contrário, a execução direta, conforme as atribuições conferidas pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

2. Em resposta, comunico-lhe, que tal como entende Vossa Excelência, sou pela adoção da segunda solução, isto é, pelo planejamento direto pelo mencionado Escritório Técnico, planejamento esse que, ao meu ver, deverá desdobrar-se em duas fases distintas, a saber:

a) zoneamento ou planejamento urbanístico e

b) centros ou conjuntos e unidades respectivas, na ordem de prioridade que fôr estabelecida,

devendo, quer numa, quer noutra fase, os anteprojetos organizados pelo aludido Escritório ser aprovados, antes do seu desdobramento, por este Ministério e pela Comissão de Professores da Universidade do Brasil.

Valendo-me do ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as expressões de minha alta estima e sincero apreço.

Ass. Clemente Mariani.

Em consequência, todos os estudos e projetos arquitetônicos e de instalações e equipamentos, bem como a direção e fiscalização das obras, ficaram a cargo do E.T.U.B.

Posteriormente, no entanto, verificaram-se as exceções seguintes:

1.º) para o cálculo das estruturas dos edifícios consultaram-se onze calculistas de renome. Os ajustes com os quatro escritórios selecionados — foram autorizados por despacho do Sr. Presidente da República, exarado a 11-1-1950, na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 1.077, de 29-12-1949;

2.º) os projetos, especificações e orçamentos das rêdes gerais de águas pluviais, esgotos e águas potável foram adjudicados à Empresa Brasileira de Águas (E.B.A.), na base do parecer do professor Maurício Joppert da Silva, ao analisar as três propostas recebidas na coleta de preços a que se procedeu. O ajuste correspondente foi autorizado pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde por despacho exarado no dia 7-2-1950, no processo 7.953/50;

3.º) Também, para o cálculo e elaboração do projeto da ponte *Oswaldo Cruz*, houve um ajuste com o escritório especializado *Machado Costa S.A.*, nos termos da autorização presidencial, exarada na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 1.263, de 29-6-1953.

O plano de Obras em execução resultou de longos estudos da C.S.P. e do E.T.U.B., com a colaboração de técnicos de diversas especializações que puderem ser convocados, entre os quais avultaram numerosos professores das escolas e faculdades da Universidade do Brasil.

Constitui, sem dúvida, um dos mais complexos e difíceis objetivos da arquitetura e da engenharia contemporânea o planejamento de centros de ensino superior, dependentes de vasta coleta de dados e da elaboração de difíceis organogramas.

O correto, no caso, seria aguardar-se, para planejar o *campus* da Universidade do Brasil, a sua total reestruturação e atualização na base da concentração e interpenetração dos ensinos análogos ou afins, de modo a reduzir as áreas a construir e evitar a repetição de custosos laboratórios e equipamentos.

Essa solução ideal acarretaria, porém, uma protelação das obras por tempo imprevisível. Para contornar êsse empecilho, foi adotado, pela C.S.P., o critério de planejar e construir as unidades de acôrdo com a presente organização legal da Universidade do Brasil, dando-se, porém, grande plasticidade aos edifícios de modo a torná-los — com reduzido dispêndio — readaptáveis, segundo a constante evolução natural do ensino.

Das atas da C.S.P. verifica-se que a sua orientação geral foi no sentido das conclusões a que havia chegado, entre os anos de 1936 e 1945, a comissão de professores, presidida pelo então Ministro Gustavo Capanema. Assim é que se manteve o plano de uma Cidade Universitária, centralizando, num *campus* único, tôdas as organizações de ensino, educação e cultura superiores, assim como esportes, residências, museus, bibliotecas, serviços auxiliares, hórto florestal, etc.

Adotou-se, para lotação inicial, tendo em vista o proporcionamento das diversas zonas urbanísticas e dos respectivos edifícios, 15.500 alunos, número superior ao dôbro das matrículas verificadas em 1950. No entanto, os estudos foram conduzidos de modo a permitir o crescimento normal e progressivo do conjunto universitário até 30.000 estudantes.

Nessas bases, a capacidade global da Cidade Universitária será, na primeira fase, de cêrca de 23.300 pessoas, das quais, 2.000 corresponderão ao corpo docente, 2.300 aos serventuários e 3.500 aos leitos do Hospital de Clínicas e dos diversos Institutos Médicos. A população final, quando a lotação fôr de 30.000 estudantes não deverá ultrapassar a 40.000 pessoas.

Logo nas suas primeiras reuniões, a Comissão Supervisora resolveu limitar as aulas teóricas a 50 alunos e as práticas a 25. Sômente as aulas magistrais, ministradas pelos catedráticos, poderão abranger tôdas as turmas da mesma classe e serão realizados em auditórios. O ensino rotineiro será, dêste modo, do tipo *seminário*.

Com relação às bibliotecas, ficou assentada a construção de uma *Biblioteca Central* que disporá, junto a cada unidade universitária, de sucursais ou bibliotecas seccionais especializadas e de utilização quotidiana.

De um modo geral, aprovou a Comissão Supervisora a divisão da Cidade Universitária nos dez seguintes setores:

- 1.º) Setor da Reitoria, Biblioteca, Museu e Planetário.
- 2.º) Setor de Filosofia, Ciências, Letras e Educação.
- 3.º) Setor de Ciências Sociais, Jurídicas, Políticas, Econômicas e Administrativas.
- 4.º) Setor de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem.
- 5.º) Setor de Engenharia, Química, Tecnologia, Eletrotécnica e Física Nuclear.
- 6.º) Setor de Arquitetura, Urbanismo, Belas Artes, Música e Teatro.
- 7.º) Setor de Educação Física e Desportos.
- 8.º) Setor de Residências para estudantes, professôres e funcionários.
- 9.º) Setor da Prefeitura e Serviços Auxiliares.
- 10.º) Setor Florestal e Zoológico.

A Prefeitura Universitária foi concebida para ter a seu cargo a conservação dos edifícios e seus equipamentos, inclusive recuperação dos móveis e aparelhos, limpeza e manutenção das avenidas, jardins e todos os serviços gerais. A ela caberá, também, a administração dos almoxarifados centrais, garagem, oficinas de todos os tipos, lavanderia central, usinas de gás, vapor, eletricidade, estações centrais de tratamento de esgotos, água, rêdes de telefones, pneumáticos, etc.

Uma perfeita ordem dos trabalhos de construção da Cidade Universitária seria aquela em que, numa primeira etapa, fôssem projetadas, especifi-

cadadas e orçadas tôdas as suas obras urbanísticas e todos os seus edifícios. Numa etapa posterior, seriam efetuados os trabalhos de construção pròpriamente ditos.

Dada, porém, a vastidão e complexidade do empreendimento e a notória falta de capacidade para planos a longo prazo, por parte da maioria das nações do mundo, em especial das mais jovens, como as da América Latina, onde todos os problemas nacionais são solucionados à última hora, sob a premência de circunstâncias ocasionais, sempre fugitivas — não houve outra saída senão a de juntar as duas fases, isto é, construir, ao mesmo tempo que se planeja.

Exemplo dessas vacilações foram os anos de 1946, 47 e 48 perdidos pelo E.T.U.B. por falta de recursos, reduzido que esteve a seu chefe e um assistente, ambos de quadro permanente do serviço público. Nesse período, os trabalhos consistiram em preservar as nove ilhas, que a lei havia destinado à Cidade Universitária e em esclarecer os sucessivos responsáveis pelo Govêrno, bem como a opinião pública, sôbre o acêrto da solução adotada.

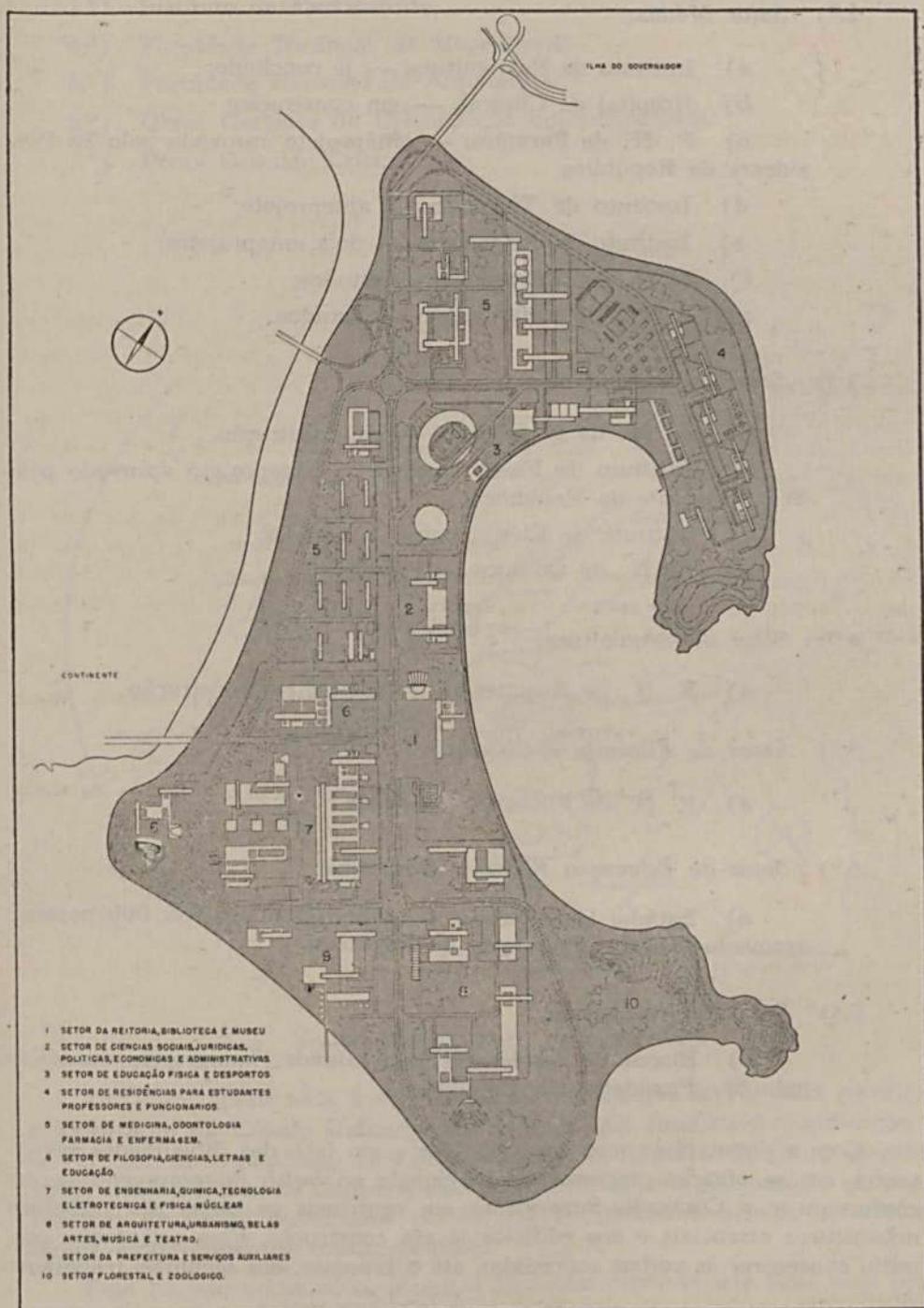
Dêste modo, reiniciadas em janeiro de 1949 as atividades normais do E.T.U.B., sob a supervisão da Comissão, cujo histórico fizemos páginas atrás e cuja primeira reunião efetuou-se no dia 20 daquele mês e ano, coube-lhe a execução do programa consignado na ata da referida sessão inaugural concebido nos seguintes têrmos:

“3.05 — *Assunto* — Programa de trabalho para 1949 — *Resolução*: — Foi aprovado o seguinte programa:

- 1.º) Prosseguimento dos aterros hidráulicos ligando as ilhas;
- 2.º) Terraplenagem e regularização das ilhas;
- 3.º) Estudos do zoneamento e dos aspectos urbanísticos fundamentais;
- 4.º) Organogramas e planejamento das seguintes unidades pela ordem dos recursos de que dispõem e da premência que têm de novas acomodações:
 - a) Hospital de Clínicas;
 - b) Instituto de Neurologia;
 - c) Instituto de Puericultura (anteprojetos já concluídos);
 - d) Escola Nacional de Engenharia;
 - e) Faculdade Nacional de Arquitetura.”

No decorrer dos anos de 1949-1954 foram, no Serviço de Planejamento Arquitetônico, realizados os seguintes trabalhos:

- 1.º) *Plano Geral Urbanístico.*



Cidade Universitária — Plano de conjunto — Anteprojeto

2.º) *Setor Médico:*

- a) Instituto de Puericultura, — já concluído;
- b) Hospital de Clínicas, — em construção;
- c) F. N. de Farmácia — anteprojeto aprovado pelo Sr. Presidente da República;
- d) Instituto de Tisiologia — anteprojeto;
- e) Instituto de Psiquiatria — dois anteprojetos;
- f) E. N. de Odontologia — estudos;
- g) E. N. de Enfermagem — estudos.

3.º) *Setor de Engenharia:*

- a) E. N. de Engenharia — em construção;
- b) Instituto de Física Nuclear — anteprojeto aprovado pelo Sr. Presidente da República;
- c) Instituto de Eletrotécnica — estudos;
- d) E. N. de Química — estudos.

4.º) *Setor de Arquitetura:*

- a) F. N. de Arquitetura — projeto em construção.

5.º) *Setor de Filosofia e Ciências:*

- a) F. N. de Filosofia — estudos.

6.º) *Setor de Educação Física e Desportos:*

- a) Estádio Universitário — anteprojeto para 35.000 pessoas, aprovado pelo Sr. Presidente da República.

7.º) *Setor de Residências:*

- a) Blocos de residências para alunos: anteprojeto aprovado pelo Sr. Presidente da República.

Com o desenvolvimento dos trabalhos e em face das dificuldades persistentes em se obterem recursos proporcionais ao vulto do empreendimento, conformou-se a Comissão Supervisora em retringir as obras aos trabalhos urbanísticos essenciais e aos edifícios já em construção. Essa orientação permitiu concentrar as verbas concedidas, até o presente, nos seguintes trabalhos:

- 1.º) Formação da Ilha Universitária;
- 2.º) Hospital de Clínicas;

muito profundos, reduziram aquela superfície, que passou a medir 5.596.000 m². Dêsse total, 1.063.000 m² deverão ainda ser aterrados e 247.000 m² ficaram reservados para o Asilo dos Inválidos da Pátria, pertencente ao Ministério da Guerra.

Dêste modo, a Cidade Universitária dispõe, presentemente, de 4.286.000 m² inteiramente livres, aterrados e saneados.

Os volumes de areia e terra utilizados nas ligações e enchimento dos canais entre as ilhas, bem como na elevação dos níveis das próprias ilhas e dos baixios adjacentes, pouco excedeu de 13 milhões de metros cúbicos, medidos pelas diferenças de cota do terreno antes e depois dos trabalhos.

Releva notar a importância dêsses aterros para o saneamento da enseada de Manguinhos, como, também, o auxílio que representaram para a formação das pistas do Aeroporto do Galeão, de cujas colinas vieram vários milhões de metros cúbicos de terra.

Outro aspecto que convém assinalar é o que diz respeito aos níveis adotados em relação às marés extremas verificadas na Baía de Guanabara. Em abril de 1940, ocorreu uma preamar de 2,20 m e há notícia de marés de 2,40 m. Em consequência, foram fixadas cotas, referidas ao nível das marés mínimas, de 9,00 m a 3,20 m para os terrenos, e de 9,30 m a 5,50 m para os pisos dos pavimentos térreos dos edifícios.

As concorrências públicas e contratos para a execução dos referidos trabalhos de atêrro, foram sumariados no ofício n.º 845, de 13-11-53, enviado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, e, também, no de n.º 885, de 30-11-53, dirigido ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, para o exato esclarecimento do pedido de informações formulado pela Câmara dos Deputados sob o n.º 1.814.

O total das despesas feitas, com os trabalhos de unificação, saneamento e elevação do nível das ilhas, atingiu a Cr\$ 242.211.987,50.

O preço do metro cúbico, medido no atêrro, ficou, portanto, em Cr\$ 18,50. O metro quadrado do terreno útil, já inteiramente formado, não passou de Cr\$ 56,60.

No entanto, para que se tenha o preço total do metro quadrado do terreno em causa, é preciso acrescer à despesa supra aquela que foi feita com as desapropriações e indenizações de áreas e benfeitorias particulares, que existiam nas ex-ilhas da Sapucaia, Fundão, Catalão, Cabras e Baiacú. Essa importância atingiu a Cr\$ 12.445.027,50. Nessa base, o custo efetivo do metro quadrado do terreno ascendeu a Cr\$ 59,50.

Na separata da Revista do Serviço Público de setembro de 1945, sob o título "Ainda a localização da Cidade Universitária", consta, à página 8, um quadro comparativo das despesas estimadas para a obtenção das áreas da Quinta da Boa Vista, Praia Vermelha, Vila Valqueire e das Ilhas, segundo

as avaliações efetuadas pelas comissões então encarregadas desses estudos. As previsões e as datas respectivas são as seguintes:

Ilhas.	Cr\$ 17,40 —	Avaliação em 1945
Vila Valqueire.	Cr\$ 30,50 —	" 1944/1945
Praia Vermelha.	Cr\$ 71,50 —	" 1936
Quinta da Boa Vista.	Cr\$ 31,50 —	" 1936

As desapropriações que se tornaram necessárias à formação da Ilha Universitária, foram efetuadas mediante dois decretos:

1.º) Pelo de n.º 18.077, de 15 de março de 1945, declarou o Governo de utilidade pública a Ilha do Fundão, a fim de ser desapropriada, tendo em vista a construção da Ponte *Continente-Galeão*, a cargo do Ministério da Aeronáutica. Posteriormente, mediante entendimentos entre aquele Ministério e o da Educação e Saúde e com a colaboração do D.A.S.P., reservou o Decreto-lei n.º 7.563, de 21-5-1945, para a Cidade Universitária, toda a área daquela ilha que não interessasse ao Ministério da Aeronáutica, cujo ônus de desapropriação também foi transferido.

Nestas condições, e na base do estudo efetuado pelo Domínio da União (processo FAZ 48.446-49), o custo da desapropriação foi calculado em relação às seguintes áreas:

Terreno alodial.	410.749,16 m2
Terreno de marinha.	127.623,68 m2
Terreno acrescido de marinha.	155.992,70 m2
	694.365,54 m2

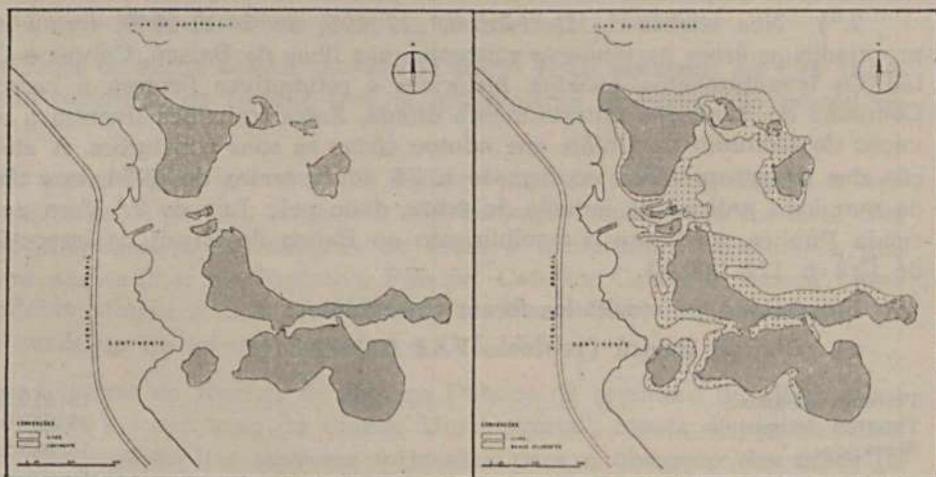
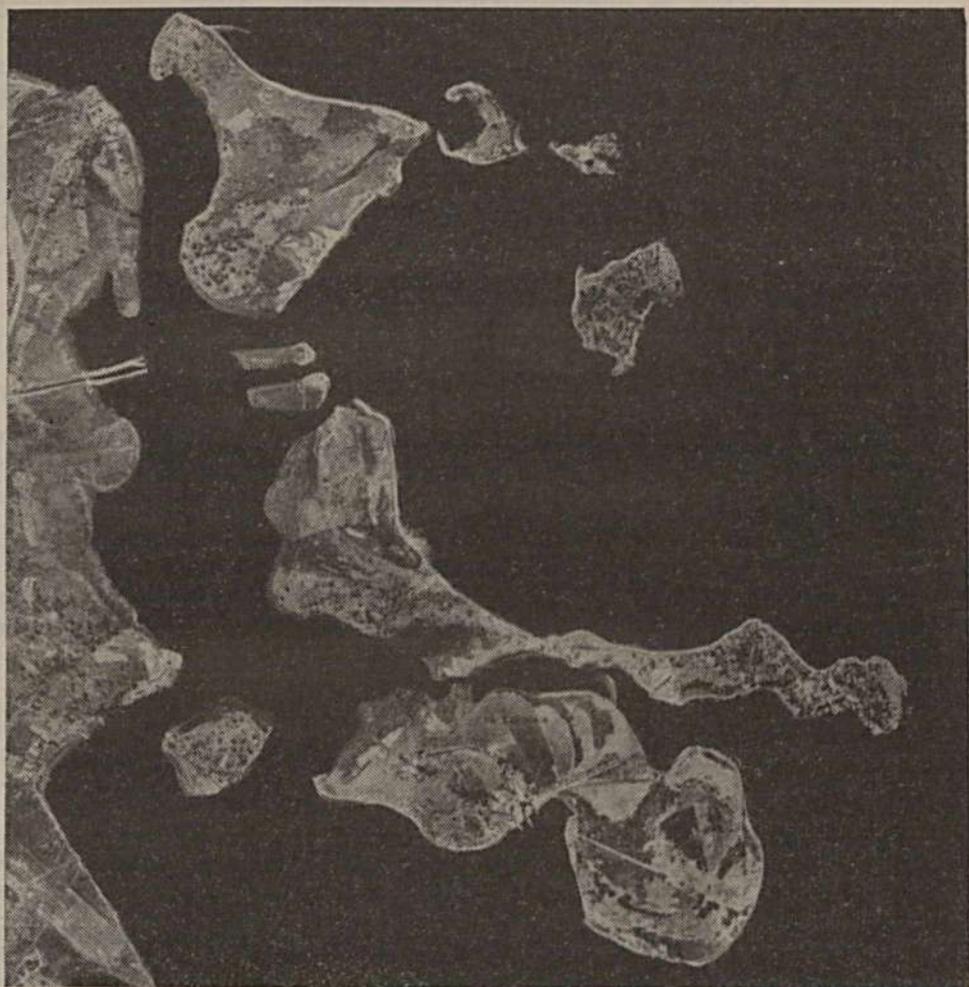
Apenas o terreno alodial foi indenizado pela importância de Cr\$ 6.000.000,00, correspondente a Cr\$ 14,60 por metro quadrado. Dessa quantia, a parcela de Cr\$ 1.110.000,00 foi paga pelo Ministério da Aeronáutica, que se reservou 75.980 m2 da referida área e a de Cr\$ 4.890.000,00 pela Cidade Universitária. A despesa correspondente correu à conta dos recursos concedidos pela Lei n.º 447, de 20-10-1948;

2.º) Nos termos do Decreto n.º 27.495, de 24-11-1949, foram desapropriadas as áreas particulares existentes nas ilhas de Baiacú, Cabras e Catalão. Os levantamentos, estudos, históricos e estimativas ficaram a cargo da Comissão de Avaliação anteriormente ditada. Esses trabalhos tiveram a aprovação do Domínio da União, que adotou todas as suas conclusões. A efetivação das desapropriações verificou-se a 24 de fevereiro de 1954, nos termos de mandado judicial de imissão de posse, dado pelo Juiz da 2.ª Vara da Fazenda Pública, mediante o recolhimento ao Banco do Brasil da importância de Cr\$ 6.127.000,00.

Em resumo, os resultados foram os seguintes:

a) Ilha de Baiacú (processo FAZ 62.079-51):

Terrenos alodiais.	15.819,20 m2
Terrenos de marinha.	29.857,00 m2
Acrescidos.	15.663,50 m2
Total.	61.339,70 m2



Ilhas — Fase inicial

Baixios aflorantes

FORMAÇÃO DA ILHA UNIVERSITÁRIA

LEGENDA

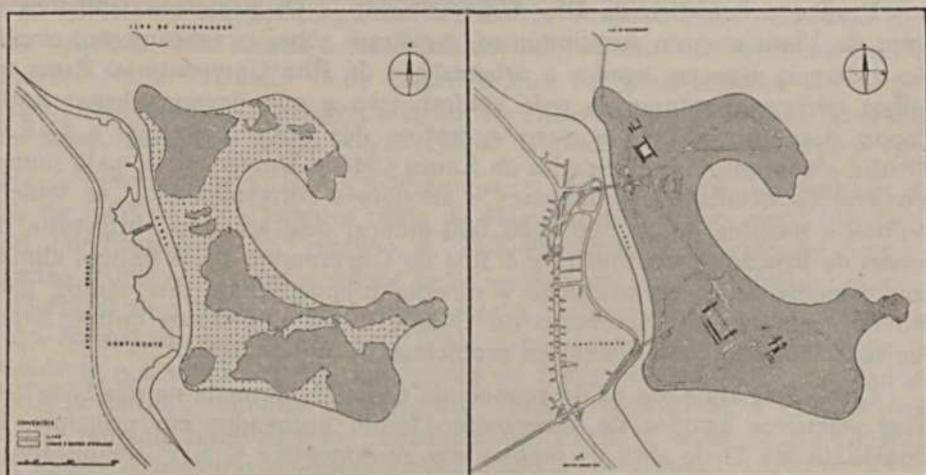
- 1 Ilha do Fundão
- 2 Ilha do Baiacu
- 3 Ilha das Cabras
- 4 Ilha do Catalão
- 5 Ilha Pindaí do França
- 6 Ilha Pindaí do França
- 7 Ilha do Bom Jesus
- 8 Ilha do Pinheiro
- 9 Ilha da Sapucaia

LEGENDA

- 1 Instituto de Puericultura
- 2 Hospital de Clínicas
- 3 Escola de Engenharia
- 4 Faculdade de Arquitetura

Área da fase inicial 319 ha

Área total 560 ha



Terraplenagem

Zoneamento

Os terrenos alodiais e os de marinha foram indenizados por Cr\$.
1.250.000,00 e as benfeitorias por Cr\$ 53.000,00.

b) Ilha das Cabras (processo FAZ 28.462-50):

Terrenos alodiais	372,50 m2
Terrenos de marinha	16.497,50 m2
Acrescidos	12.370,00 m2
Total	29.240,00 m2

A avaliação atribuiu o valor de Cr\$ 11.473,00 aos terrenos de domínio pleno e de Cr\$ 421.774,00 aos de domínio útil. O grande hangar de concreto armado, com 2.608,50 m2, foi estimado em Cr\$ 1.408.000,00.

c) Ilha do Catalão (processo FAZ 59.893-43 e 2.855-44):

Terrenos alodiais	84.566,68 m2
Terrenos de marinha	48.592,42 m2
Total	133.159,10 m2

Essas áreas, excluídos 23.904,85 m2 de terrenos de marinha não aforados, foram desapropriadas pela importância de Cr\$ 3.446.000,00. Dessa quantia Cr\$ 210.000,00 correspondem às benfeitorias.

O total das despesas feitas com as desapropriações, para a formação da Ilha Universitária, atingiu, portanto, a Cr\$ 11.017.000,00.

Para o mesmo fim, despendeu o E.T.U.B., ainda mais, Cr\$.
1.471.677,50 com indenizações de benfeitorias existentes nas ex-ilhas de Sapucaia e do Bom Jesus, correspondentes a 199 casas e a uma população de 1.004 moradores (processos C.S.P.E. 27-52 e 33-53), pacientemente removidos para vários locais do Distrito Federal.

Projeto urbanístico da Ilha Universitária — Os primeiros trabalhos do Setor de Planejamento Arquitetônico, incidiram sobre o zoneamento, circulação e demais aspectos ligados à urbanização da Ilha Universitária. Esses trabalhos iniciais orientaram-se pela conformação a que deveria chegar a ilha depois dos aterros; pelo número e destino dos setores em que a C.S.P. dividiu o conjunto das atividades da futura Cidade Universitária; pelo número provável de estudantes, professores e servidores correspondentes às lotações mínima e máxima de 15.500 e 30.000 alunos; pela situação obrigatória das pontes de ligação ao continente e à Ilha do Governador; pelos índices climáticos, principalmente de insolação e direção preponderante dos ventos, gabarito de segurança do Aeroporto do Galeão e por numerosos outros fatores que normalmente condicionam os problemas de urbanização.

Como assinala a ata da 4.^a reunião da C.S.P., efetuada no dia 17-2-1949, esses primeiros estudos de zoneamento foram aprovados em princípio. Na reunião do dia 21 de abril do mesmo ano, novamente a C.S.P. manifestou-se favorável ao estudo preliminar dos primeiros arruamentos. A planta geral de urbanização da Cidade Universitária, resultante de tais trabalhos, levada à consideração do Sr. Prefeito do Distrito Federal com o ofício E.T.U.B.

n.º 125, de 15-7-1949, mereceu aprovação, comunicada ao E.T.U.B. pelo ofício n.º 590, de 31-8-49, assinado pelo Sr. Secretário Geral de Viação e Obras da P.D.F.. O projeto assim aprovado tomou o n.º 5.172 naquela Prefeitura. Pelo mesmo ofício, deu conhecimento, aquêlê Secretário Geral, haver o Sr. Prefeito, por Decreto n.º 9.852, de 2-8-49, constituído em área *non aedificandi*, a faixa de terreno compreendida entre o lado impar da Av. Brigadeiro Trompowsky e o mar, na Ilha do Fundão, conforme consta do projeto n.º 5.145, que acompanha o aludido decreto.

Também ligado à urbanização da Cidade Universitária, nos trechos tanto da ilha como do continente, correspondentes à Ponte Oswaldo Cruz, aprovou a P.D.F., a 24-2-50, sob n.º 5.343, um projeto que, posteriormente, foi modificado, o n.º 6.065, conforme ofício n.º 318, de 30-4-53, do Sr. Secretário Geral de Viação e Obras.

O planejamento urbanístico em causa foi elaborado em direto e estreito entendimento com o Departamento de Urbanismo da P.D.F. Essa elaboração, nem sempre documentada mediante correspondência oficial, é atestada pelos seguintes têrmos do ofício DUR 125, de 11-12-53. "De acôrdo com os estudos elaborados, em conjunto, pelos técnicos dêsse Escritório e dêste Departamento...".

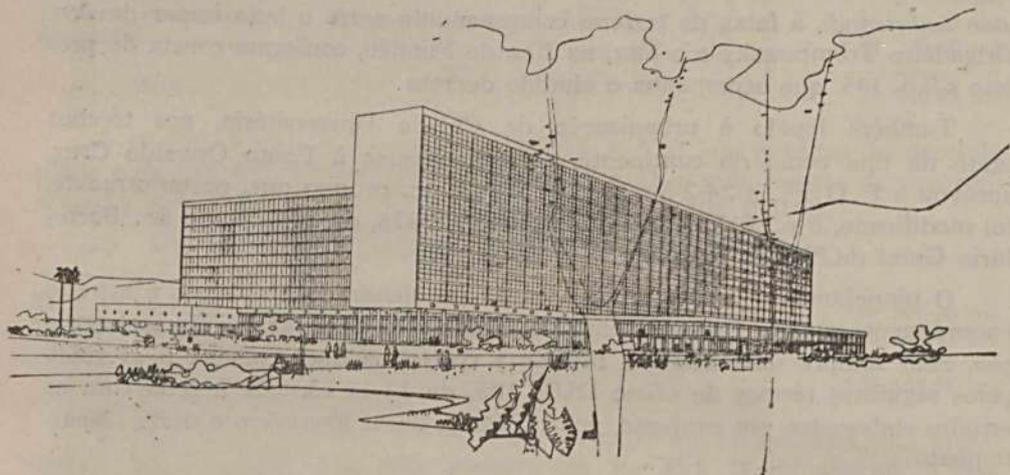
2. PROJETO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS

A Comissão Supervisora do Planejamento, logo em sua 1.^a reunião, realizada a 20-1-49, estabelecendo o programa dos trabalhos para 1949, incluiu o Hospital de Clínicas entre as unidades cujos organograma e planejamento deveriam ser executados. Nesse mesmo dia, por proposta do Dr. Augusto Brandão Filho, não foram incluídas as Faculdades de Farmácia e Odontologia, uma vez que essas duas faculdades seriam instaladas, provisoriamente, no antigo edifício do Hospício, na Praia Vermelha. Também o Dr. Eduardo Rios Filho solicitou fôsse adiada a resolução no que concernia ao Instituto de Psiquiatria. Na 2.^a reunião ficou decidido que, no planejamento do Centro Médico, fôsse prevista a possível criação dos Institutos de Tisiologia, Moléstias Infecciosas, Medicina Legal, Cancerologia, Cardiologia e Ortopedia.

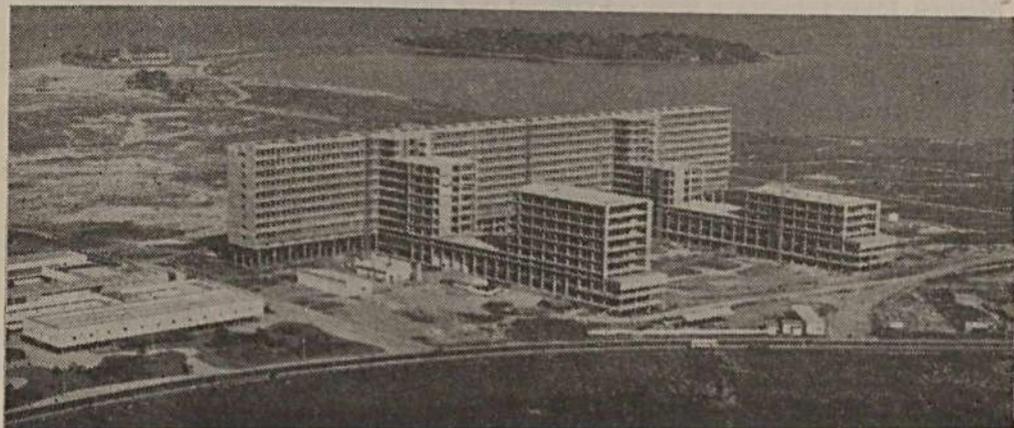
Na 5.^a reunião da C.S.P. deliberou-se a inclusão, para pensionistas, de 10% do total de leitos comuns tanto do Hospital de Clínicas como dos Institutos. Por ocasião da 12.^a reunião, de 23-6-49, entregou, o professor Augusto Brandão Filho as respostas dadas pelos professôres ao questionário relativo ao Hospital de Clínicas. Dessa ata consta a carta enviada ao Dr. Deolindo Couto, solicitando examinasse a C.S.P. o organograma para o Instituto de Neurologia e o estudo da sua localização no Setor Médico. Para o ensino de Anatomia Geral, Anatomia Patológica e Técnica Operatória, a C.S.P., em sua 19.^a reunião, resolveu fôsse construído um Pavilhão onde, no futuro, também ficasse o Instituto Anatômico, caso viesse a ser criado.

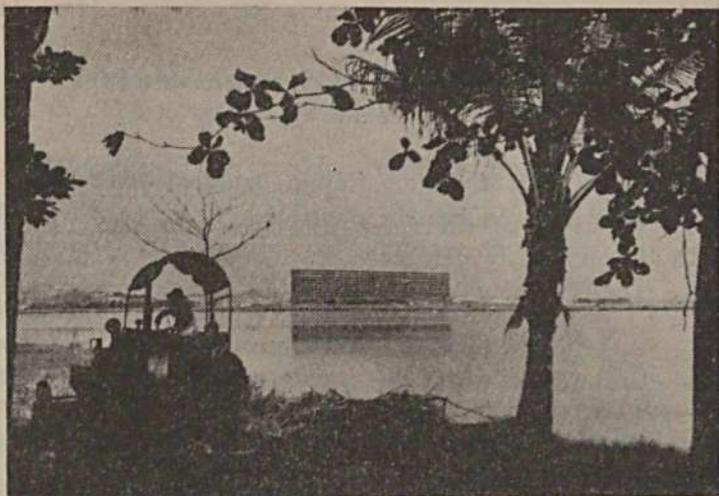
Em setembro de 1949, por ocasião da 25.^a reunião da C.S.P., com a presença do Dr. Mário Bittencourt Sampaio, Diretor Geral do D.A.S.P.

HOSPITAL DE CLÍNICAS

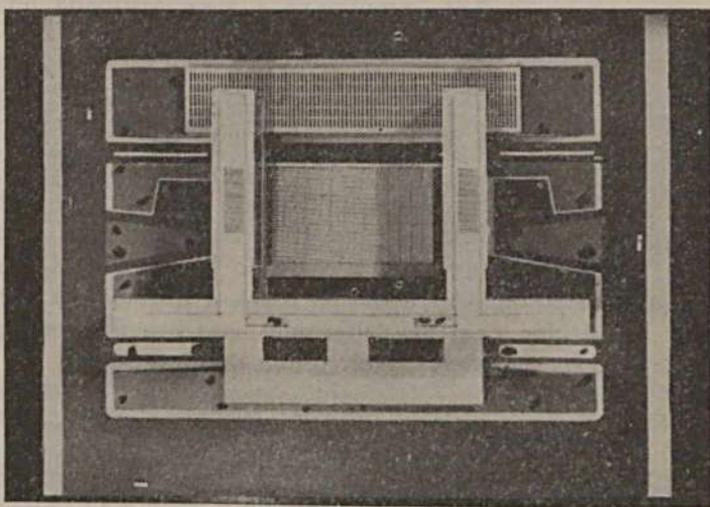


Perspectiva





Bloco das enfermarias



Maqueta vista de cima



Aspecto da construção

e do Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, ficou assinalado que:

“O Magnífico Reitor, manifestando-se de inteiro acôrdo com a orientação seguida não só pela C.S.P. como, também, pela E.T.U.B., insiste, no entanto, no aspecto da prioridade absoluta dada à execução do projeto do Hospital de Clínicas, porquanto razões de ordem técnica, econômica e mesmo política, que expôs em linhas gerais, aconselham tal precedência. O professor Maurício Joppert da Silva pediu que constasse de Ata a sugestão do Professor Raul Bittencourt, quando da visita que fêz às obras, na Ilha, sôbre a conveniência de:

- 1.º) proceder-se à construção progressiva do setor residencial;
- 2.º) ampliar-se a área destinada ao setor da Faculdade de Filosofia.

O Magnífico Reitor lembrou, também, a oportunidade de serem ouvidos os Diretores das diversas unidades sôbre as áreas dos setores que lhes cabem. Ainda sôbre a execução do Plano de Obras da Cidade Universitária, falaram os demais membros da C.S.P. expondo diversos pontos de vista, entre os quais figuravam os relacionados com a integração do Hospital de Clínicas na rede hospitalar da cidade, e outros sôbre a questão da possibilidade de serem obtidos, com as Autarquias, auxílios financeiros para o custeio de certas unidades. Pelo Chefe do E.T.U.B. foi feita uma exposição a respeito dos estudos já efetuados para o Hospital de Clínicas e para a Escola Nacional de Engenharia, cujas áreas e capacidades comparou com os das idênticas unidades projetadas pelos arquitetos Piacentini-Morpurgo, para o conjunto que iria ser construído na Quinta da Boa Vista.”

O Sr. Ministro Clemente Mariani, presente à 30.^a reunião da C.S.P., juntamente com o Dr. Mário Bittencourt Sampaio, Diretor Geral do D.A.S.P. e os Magníficos Reitores das Universidades do Brasil e da Bahia, Dr. Pedro Calmon M. Bittencourt e Dr. Edgard Rêgo Santos, inteirando-se do andamento do anteprojeto do Hospital de Clínicas, do qual tiveram a oportunidade de examinar vários estudos e perspectivas e em face dos esclarecimentos prestados pelo professor Augusto Brandão Filho, consideraram plenamente satisfatórios os trabalhos já elaborados.

Das Atas das 35.^a e 36.^a reuniões, realizadas nos dias 2-2-50 e 9-2-50, respectivamente, constam pormenorizados estudos relativos à capacidade a ser adotada para o Hospital de Clínicas, em face dos questionários preenchidos pelos Srs. Professôres. Com exclusão dos professôres Rocha Vaz e Alcino

Figueiredo Baena, que não opinaram a êsse respeito, a média pedida foi de 157 leitos por clínica. Dos debates resultou, então, a seguinte resolução:

“A C.S.P., tomando em consideração não só o parecer do Sr. Ministro da Educação e Saúde como também, o do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil e considerando, outrossim, o gabarito máximo permitido para o local onde será construído o Hospital de Clínicas, resolve adotar a solução B, do gráfico anexo apresentado pelo E.T.U.B..”

O professor Augusto Brandão Filho, falando na 37.^a reunião a propósito da resolução acima transcrita, diferente de seu parecer anterior que era no sentido de 120 leitos por clínica, disse que “aproveitava a oportunidade para expôr novamente os fundamentos de seu ponto de vista não obstante o qual, no entanto, dava sua aquiescência ao deliberado pelos seus colegas com relação ao número de leitos do Hospital de Clínicas, sem excluir, porém, a possibilidade de reestudar o assunto, caso circunstâncias posteriores justificassem nova análise.

No dia 23 de março de 1950, a C.S.P., incorporada, juntamente com o Magnífico Reitor e pessoas gradadas, estiveram no Gabinete do Sr. Ministro da Educação e Saúde para apresentar-lhe o anteprojeto do Hospital de Clínicas, já anteriormente aprovado pela referida C.S.P.. Por indicação do Magnífico Reitor o anteprojeto deveria ser exposto aos Srs. Membros da Congregação da F. N. de Medicina. Essa exposição foi realizada logo no dia imediato, na sala da aludida Congregação, ilustrada por numerosos desenhos, gráficos, plantas e perspectivas. A explanação foi recebida com simpatia, tendo havido, apenas, no final, um apêlo no sentido de ser aumentado o número de leitos atribuídos a cada clínica.

O anteprojeto, aceito pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde, foi encaminhado ao Sr. Presidente da República pelo Sr. Diretor Geral do D.A.S.P., nos termos da Exposição de Motivos n.º 225, de 27-3-50, o qual mereceu aprovação por despacho do dia 5-7-50, depois de parecer favorável do Sr. Ministro da Fazenda. Nessa mesma data, com o ofício n.º 121, de 5-7-50, o E.T.U.B. encaminhou, ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, a minuta do edital de concorrência pública relativa à execução dos trabalhos preliminares, movimento de terra e parte da estrutura em concreto armado do referido Hospital de Clínicas.

Com o objetivo de localizar as cadeiras e serviços de microbiologia em edifício separado, os professores Raymundo Moniz de Aragão e Paulo de Góes enviaram uma carta do E.T.U.B.. Por decisão da C.S.P. (69.^a Reunião) a resposta foi no sentido de que o planejamento está adstrito à estrutura legal das diversas unidades da Universidade do Brasil e que a adoção da medida sugerida só poderá ser decidida pelos órgãos competentes da mesma Universidade do Brasil.

Da Ata da 81.^a reunião da C.S.P. realizada no dia 14-6-51, consta haver o professor Augusto Brandão Filho tratado das dificuldades em que se encontrava o projeto do Hospital de Clínicas quanto ao problema da lotação

das salas de aulas. A C.S.P. havia firmado deliberação no sentido da limitação das salas de aulas teóricas em 50 alunos e práticas num máximo de 25. Essa solução, considerada a mais perfeita e correspondente à moderna técnica do ensino superior, não se adapta, porém, às realidades atuais da Universidade do Brasil, as quais, provavelmente, perdurarão ainda por muitos anos. Depois de haverem os Srs. membros da C.S.P., reiterado a convicção em que estavam de que o ideal seria conduzir o ensino da Universidade do Brasil para o tipo *seminário*, reconheceram as dificuldades de transição e a necessidade de encará-la com espírito de grande relatividade. O Chefe do E.T.U.B. fez, a respeito, longa exposição cujos tópicos principais são os seguintes:

“Com referência às salas de aulas para o ensino de nível superior, há que distinguir, por um lado, o grupo das que se destinam ao ensino prático e aos laboratórios leves ou pesados, e por outro, o grupo das dedicadas ao ensino teórico, meramente expositivo, com o emprêgo ou não da pedra, de figuras e desenhos, de projeções, de aparelhos para demonstrações físicas, químicas etc. e, ainda, das salas de ensino teórico, com apresentação de animais mortos ou vivos.

As salas do primeiro grupo variam muito de dimensões, em razão do aparelhamento que devem abrigar, mas não em função do número de alunos, pois que é pacífico o ponto de vista de que tal número deve ser reduzido, não passando de 20 a 25 alunos, sendo muito frequentes os casos de turmas de apenas 6 alunos.

O mesmo não ocorre quanto às salas do segundo grupo. As salas para o ensino teórico das escolas, faculdades e institutos de vários países, a respeito dos quais este Escritório Técnico obteve elementos informativos, acusam disparidade gritantes, reveladoras da inexistência de critérios uniformes.

Não obstante serem cada vez mais frequentes as manifestações dos técnicos em pedagogia a favor da substituição das tradicionais preleções, em que os alunos ficam em atitude passiva, ouvindo apenas o que os professôres expõem, pelos modernos seminários, nos quais os alunos participam ativamente da aula, expondo as suas dificuldades, a verdade é que subsiste ainda, em larga escala, o ensino do primeiro tipo.

Quando o ensino teórico é ministrado sob a forma de seminário, as turmas não podem ser numerosas, limitando-se o número de alunos ao máximo de 50.

Este tipo, porém, ainda se encontra em fase de implantação e expansão. Certamente êle se tornará universal dentro de poucos anos. Mas até lá é preciso contemporizar, sem se perder de vista a verdadeira solução do futuro, aquela para a qual caminhamos e que terá de ser adotada pela Universidade do Brasil, dentro de um número de anos imprevisível, mas que não será muito grande.

A fase de transição entre os dois tipos de ensino teórico apresenta reais dificuldades. O velho modelo, se exige salas e auditórios

de grande capacidade, é o único admissível quando o corpo docente é reduzido. Os seminários dependem de um professorado numeroso, mas as suas salas são pequenas.”

Depois de haverem os demais membros da C.S.P. tecido considerações a respeito, foi o E.T.U.B. autorizado a dar uma solução compatível com a estrutura em concreto armado já em construção.

Na 87.^a Reunião, efetuada no dia 19-12-1951, a C.S.P. examinou a proposta apresentada pelo Sr. Felix Lamela F.A.C.H.A. para colaborar como consultor especializado nos trabalhos de detalhamento do Hospital de Clínicas. O ajuste, aprovado pela C.S.P., foi levado à consideração final do Sr. Presidente da República, nos termos da Exposição de Motivos D.A.S.P. n.º 42, de 15-1-52.

Por ocasião da 109.^a reunião da C.S.P., fez o professor Augusto Brandão Filho ampla exposição sobre os trabalhos que realizara com a assistência do Sr. Felix Lamela, inclusive para a futura Escola de Enfermagem, para os quais obtivera a colaboração de técnicos da Escola de Enfermeiras Ana Nery.

Posteriormente, segundo ata da 113.^a reunião, informou o professor Augusto Brandão Filho que:

“por sua determinação, está o Sr. Felix Lamela redigindo uma minuta detalhada do programa estrutural e funcional do Hospital de Clínicas, cujas características já estão perfeitamente definidas. Esse trabalho, depois de revisão a que procederá, será apresentado à C.S.P.. Trabalho análogo, em relação à Escola de Enfermagem, está praticamente concluído.”

O engenheiro Horta Barbosa, depois de lembrar a estreita unidade arquitetônica que deverá presidir o conjunto — Hospital de Clínicas, Faculdade de Medicina e Faculdade de Odontologia e Farmácia —, referiu-se à circunstância de já estar inegavelmente fixada a plástica do Hospital de Clínicas, em face do avanço atual das respectivas obras. Lembrou, também, a existência de um detalhado anteprojeto para a Faculdade Nacional de Farmácia, já aprovado pelo Sr. Presidente da República, de um programa razoável para a Faculdade Nacional de Odontologia, bem como de numerosas fichas de consulta aos diversos catedráticos da Faculdade Nacional de Medicina, tudo obtido e executado sob a direção geral do Professor Augusto Brandão Filho. Em consequência, há possibilidade de se esboçar solução do conjunto em causa. Para tanto, pede fique o E.T.U.B. autorizado a recorrer a todas as fontes que estiverem ao seu alcance, tendo em vista o aludido esboço, o qual servirá de ponto de partida objetivo aos estudos críticos finais, determinados pelo professor Augusto Brandão Filho em nome da C.S.P..

Na 7.^a Reunião da já então C.S.P.E., realizada no dia 4-8-52, o professor Augusto Brandão Filho apresentou os organogramas das cadeiras de Anatomia Sistemática e Anatomia Topográfica. Sobre a constituição do Instituto de Tisiologia na Cidade Universitária, o mesmo professor, em Ata da 15.^a Reunião da C.S.P.E., informou haver-se entendido com o professor Ibiapina.

O problema do número e capacidade das salas de aulas do Hospital de Clínicas ainda foi, várias vezes, debatido na C.S.P.E. por iniciativa do Professor Augusto Brandão Filho. Depois de numerosos estudos, em função da estrutura já executada, chegou-se à seguinte solução: 16 pequenos auditórios de 100 lugares; 2 de 400; um de 1.500 e 32 salas de aulas para 25 estudantes.

O interesse da C.S.P.E., em concentrar os recursos orçamentários nas obras já iniciadas, é confirmado pelo seguinte trecho do ofício n.º 76, de 10-2-1953, enviado ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, constante da ata da 38.ª reunião da C.S.P.E.:

“Determinou V. Ex.^a na audiência hoje concedida, com a presença do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil e do Sr. Diretor do Departamento de Administração dessa Secretaria de Estado, que adotasse êste Escritório Técnico, para o corrente ano, o seguinte plano de obras:

1.º) Incrementar, ao máximo possível, as obras de construção dos edifícios destinados ao Hospital de Clínicas, Arquitetura e Engenharia;

2.º) Conduzir as obras do edifício da Arquitetura, de modo a que fiquem concluídas até fins de 1954;

3.º) Realizar apenas os aterros ligados ou indispensáveis a êsses três edifícios, bem como à construção da Alameda Principal e à eliminação das duas marginais a essa alameda;

4.º) Executar, dentro dêste ano, a pavimentação e arborização da grande Alameda Principal que dará acesso aos edifícios da Arquitetura e Engenharia;

5.º) Iniciar a construção da ponte de Manguinhos, correspondente à entrada principal da Cidade Universitária, onde ficará o monumento a Ruy Barbosa;

6.º) Efetuar as desapropriações previstas em lei.”

No dia 21 de maio de 1953, por ocasião da 44.ª reunião da C.S.P.E., o Professor Augusto Brandão Filho entregou um relatório organizado pelo Serviço Nacional de Tuberculose sobre o Instituto de Tisiologia, a ser construído na Cidade Universitária. Mais tarde, na 47.ª reunião o mesmo professor fez uma sucinta exposição sobre o Setor Médico, uma vez instalado, na Ilha Universitária, o Hospital de Clínicas. Segundo SS.^a deve ser dada prioridade não à construção da Faculdade Nacional de Medicina, mas sim à Escola de Enfermagem e aos Institutos que mencionou, com o objetivo de facilitar o ensino médico. Dentre a totalidade dos atuais Institutos, dos quais dará posteriormente uma relação completa, lembrou o professor Brandão Filho, a necessidade de ser obedecida a seguinte ordem de prioridade: Ginecologia, Maternidade, Ortopedia e Tisiologia e, a seguir, os Institutos de Psiquiatria e Neurologia, em consequência da atual localização e por serem pertinentes as cadeiras do 6.º ano da Faculdade.

Com relação ao Instituto de Tisiologia, o professor Brandão Filho apresentou aos demais membros, o ofício n.º 1.358, de 16-5-53, do Superintendente da *Companhia Nacional contra a Tuberculose*, professor Manoel José Pereira Filho, que submeteu à apreciação da C.S.P.E. um programa para construção do referido Instituto na Cidade Universitária. Aquêlê Instituto, de acôrd com o programa apresentado, terá as seguintes finalidades:

- 1.º) Ensino de Tisiologia e Pneumologia;
- 2.º) Tratamento e readaptação do Tuberculoso;
- 3.º) Pesquisas científicas relacionadas com a tuberculose e enfermidades pulmonares;
- 4.º) Profilaxia da tuberculose no meio universitário (Núcleo Profilático Universitário).

O projeto completo do Hospital de Clínicas foi submetido à C.S.P.E. em sua 49.ª reunião no dia 9 de julho de 1953, que o transferiu ao Dr. Augusto Brandão Filho, para exame. Anuiu a C.S.P.E., nos termos da 54.ª ata, com a proposta do professor Augusto Brandão Filho no sentido de serem retiradas do Hospital de Clínicas as Clínicas de Pediatria Médica, Ortopedia e Pediatria Cirúrgica que deverão ser instalados em pavilhão especial. Quanto ao que concerne à Clínica de Moléstias Infecciosas, julga o respectivo professor que ela poderá ser instalada em uma das salas do Bloco A do Hospital de Clínicas, desde que se possa estabelecer um suficiente isolamento. Posteriormente (56.ª reunião), ficou retificada a resolução quanto à Pediatria Médica, que permanecerá no próprio Hospital de Clínicas, a pedido do respectivo Cate-drático.

Constam dos assentamentos do Setor de Planejamento Arquitetônico, apenas relativamente ao ano de 1954, a assistência prestada, por solicitação do Professor Brandão Filho, dos seguintes professores e especialistas nacionais e estrangeiros:

- 23-4-54 Prof. José Koz da Clínica Otorinolaringológica
- 24-4-54 Prof. Sylvio Abreu Fialho da Clínica Oftalmológica
- 24-4-54 Prof. Alcino Figueiredo Baena da Clínica Urológica
- 31-5-54 Prof. Mariano de Andrade da Clínica Cirúrgica, 3.ª cadeira
- 4-6-54 Profs. Alfredo Monteiro e Humberto Barreto, da Clínica Cirúrgica, 1.ª cadeira
- 9-6-54 Prof. Jorge Grey, da Clínica Cirúrgica
- 19-6-54 Prof. Hugo Pinheiro Guimarães, da Clínica Cirúrgica
- 30-6-54 Dr. José Luiz Santos para tratar de problemas de anestesia
- 30-6-54 Prof. Francisco Rabelo, da Clínica Dermatológica e Sifiligráfica
- 2-7-54 Prof. David Sanson
- 7-7-54 Prof. Renato Souza Lopes, da Clínica Médica.

Para acompanhar e orientar os trabalhos dos arquitetos, depois do afastamento do técnico hospitalar Felix Lamela, por motivo de moléstia grave, convidou o Prof. A. Brandão Filho, para seu assistente, o Dr. Helson Machado Vieira Cavalcanti que, desde 23-2-54, presta assídua colaboração especializada.

Para os problemas de enfermagem e correlatos, também, foram ouvidas, em 1954, a Sra. Sônia Toledo, Supervisora do Hospital dos Servidores do Estado, e a Sra. Lotte Hegel, enfermeira supervisora do Centro de Esterilização do mesmo Hospital.

Para o planejamento, o E.T.U.B. tem recorrido a numerosos dados e elementos informativos consignados na bibliografia de diversos órgãos especializados. Dentre eles contam-se os mais recentes obtidos pelo E.T.U.B., relativamente aos hospitais de ensino de Basileia, Lausanne, Karolinsk, Cantonal de Zürich, bem como referentes aos hospitais gerais do Sul de Estocolmo e Saint-lô. Foram também usados os *standards* americanos referentes aos serviços de hospitais elaborados pelo *U. S. Department of Health, Education and Welfare of Public Health Service*.

O Hospital de Clínicas da F. N. de Medicina da Universidade do Brasil, ora em construção, será a maior e a mais complexa unidade da Cidade Universitária. Não se tratando de um hospital convencional, mas, sim de um hospital-escola para 16 clínicas, que exigem, cada qual, vastos conjuntos descentralizados de instalações específicas, indispensáveis às suas finalidades essenciais de ensino e pesquisa, nem a sua capacidade em leito, nem a sua área construída e equipamentos, podem cingir-se aos padrões e às limitações que vários congressos médico-hospitalares têm aconselhado para os nosocômios comuns.

Não seria possível, neste breve relatório, descrever toda a estrutura arquitetônica do Hospital de Clínicas e seus fundamentos técnico-funcionais. Para tanto, deverá o E.T.U.B., em breve, dedicar uma monografia, acompanhada de plantas e gráficos explicativos.

Em breve resumo, porém, convém esclarecer que as áreas brutas do subsolo, pavimento térreo, sobreloja e dos dez pavimentos tipos, totalizam 213.200 m². Acrescendo as áreas subsidiárias dos entrespisos para canalização, cobertura e casa de máquinas, atinge-se a 240.000 m².

As Clínicas Cirúrgicas disporão de 14 enfermarias de 6 leitos e mais 1 de 3, além de 5 quartos para isolamento, 2 enfermarias de 4 leitos para pós-operados e 2 de 1 leito para o mesmo fim. O número de camas ascende, assim, a 101 por clínica.

Para as Clínicas Médicas existirão 14 enfermarias de 6 leitos, 1 de 3, 2 quartos para isolamento de 3 leitos, 4 de 2 leitos e 4 de 1 leito, com um total de 105 camas por clínica.

A Universidade disporá, ainda, no Hospital de Clínicas, de 160 leitos particulares, distribuídos em 12 apartamentos, 124 quartos individuais, outros 4 de dois leitos e 4 de 4 leitos.

O número total de leitos ascenderá, portanto, a 1.808. A área hospitalar, por leitos, é de 118m², incluídas, nessa média, os 14.400 m², correspondentes às salas de aulas e auditórios, e os 29.330 m² atribuídos aos ambulatórios.

Admitindo-se a permanência média de 10 dias, por doente-leito, o Hospital de Clínicas poderá internar, anualmente 63.000 doentes. Em seus ambulatórios é possível atender a 2.500 consulentes por dia ou sejam 750.000 em um ano.

Para a execução das fundações e da estrutura de concreto armado, efetuou-se, em 31-7-50, a primeira concorrência pública a que compareceram 10 firmas licitantes. Os trabalhos foram iniciados 15 dias depois da assinatura do respectivo contrato, ocorrido a 18-8-50.

Outras licitações públicas, inclusive para as alvenarias do Bloco A, foram realizados num ritmo sempre limitado pela deficiência dos recursos disponíveis. Não obstante, até 31-8-55, executaram-se as fundações dos Blocos A, B e C, a estrutura de concreto armado de onze pavimentos do Bloco A e metade da dos Blocos B e C. A área desses pavimentos atinge a 148.600 m². Do total projetado de cerca de 210.000 m² ainda faltavam, naquela data, 91.400 m².

As sapatas das fundações dos Blocos A e C, para anularem uma carga de 133.000 toneladas, foram em número de 284, com um volume de concreto armado de 4.020 m³. O Bloco B ficou fundado sobre 305 estacas, com extensão total de 1.640 m, calculadas para suportarem uma carga de 50.500 toneladas.

A superestrutura executada consumiu 34.832 m³ de concreto, 4.049,72 m² de moldes 3 e 905 toneladas de aço.

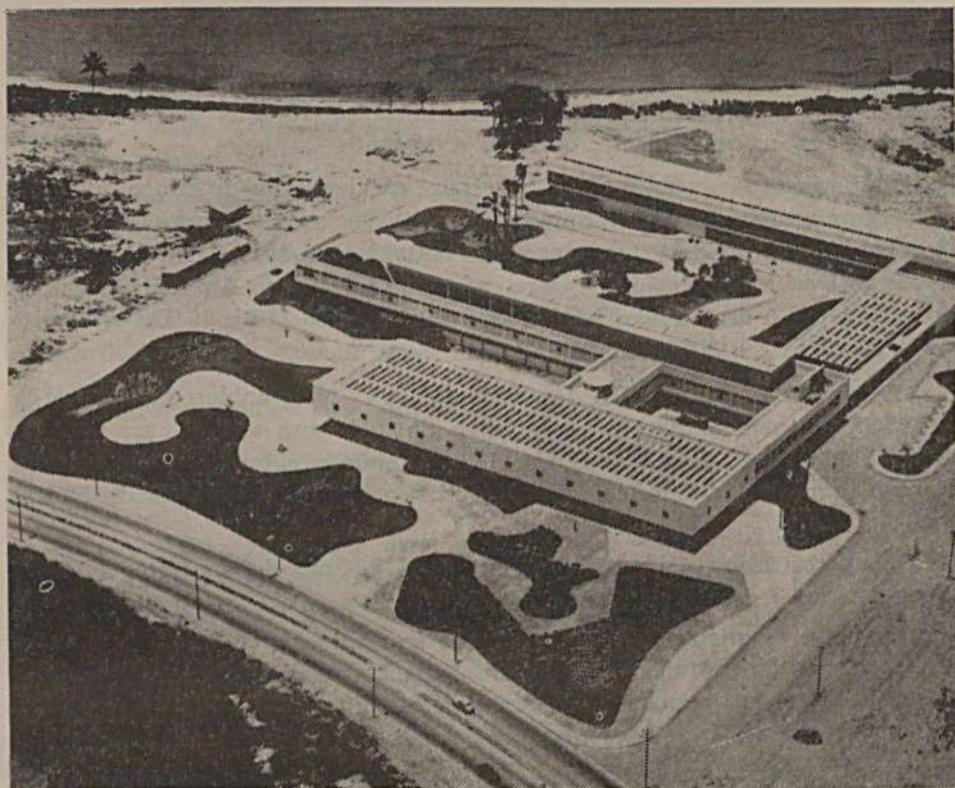
Excluídas as quotas-parte das despesas gerais, inclusive de planejamento, fiscalização e administração, o custo dos trabalhos realizados no Hospital de Clínicas, resulta da soma das seguintes parcelas:

	Cr\$
1951.	4.387.882,70
1952.	17.388.649,10
1953.	30.219.914,20
1954.	31.657.439,90
1955.	27.329.833,60
Total.	110.983.719,50

As referidas fundações, estrutura e alvenarias do Bloco A, acusam um custo médio de Cr\$ 722,00 por metro quadrado.

3. INSTITUTO DE PUERICULTURA

Devido a ser uma das menores unidades da Cidade Universitária e já se acharem — ao se constituir a C.S.P. — avançados os estudos de seu organograma funcional e executados os esquemas arquitetônicos correspondentes, sob a orientação do falecido Professor Martagão Gesteira, que, inclusive, promoveu a obtenção de parte das verbas necessárias, as obras desse conjunto médico-hospitalar para crianças tiveram início em meados de junho de 1949. A assinatura do primeiro contrato verificou-se no dia 9-6-1949, no Gabinete do Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Clemente Mariani, com a presença do Sr. Diretor Geral do D.A.S.P., Dr. Mário Bittencourt Sampaio, e do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pedro Calmon M. de Bittencourt. Inicial de uma série de cerca de duas dezenas de concor-

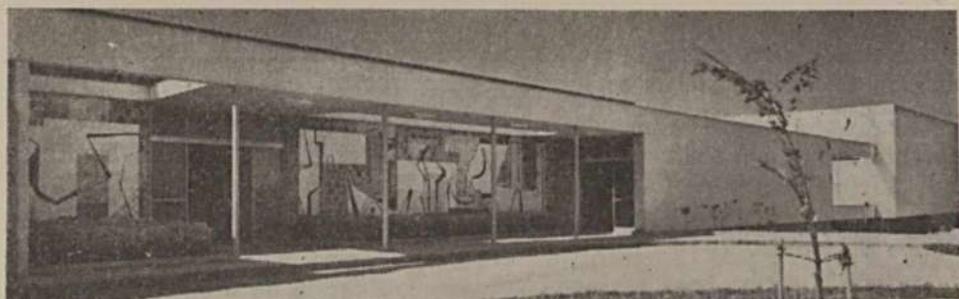


Vista aérea

INSTITUTO DE PUERICULTURA

Bloco hospitalar





Banco de leite materno



Pupileira, ao longe o Hospital
de Clínicas



Ambulatório — Entrada principal

rências públicas, o contrato em causa coube à Construtora Rebechi Ltda., primeira colocada entre as sete firmas concorrentes.

Destinado a realizar estudos, pesquisas e ensino de natureza bio-social referentes ao desenvolvimento físico e mental da criança, o referido Instituto mede 16.074 m². É ele formado por quatro Blocos A — ambulatório; B — hospital; C — pupileira e abrigo maternal; D — banco de leite humano, laboratórios e biotério.

Premiado na II Bienal de São Paulo, na categoria de hospitais — único concedida à seção brasileira, — êsse Instituto foi inaugurado no dia 1.º de outubro de 1953, pelo Sr. Presidente da República, com a presença de Ministros e do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil.

Das Atas das 5.^a, 6.^a e 7.^a reuniões da C.S.P. constam as deliberações a respeito, inclusive a aprovação presidencial do anteprojeto do aludido Instituto, exarado na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 111, de 14-2-1949.

Essa complexa unidade do Centro Médico da Cidade Universitária, pode, em seu Ambulatório de dois pavimentos, atender, em cada turno de 3 horas, 200 crianças. O Bloco Hospitalar possui três pavimentos e cinco enfermarias com um total de 107 leitos, distribuídos em boxes. Dezesseis são destinados aos prematuros, 24 aos lactentes, 50 para as crianças de 2 a 7 anos, 6 para observação e 11 para isolamento. O Bloco da Pupileira comporta 72 crianças, das quais 12 com as suas mães nutrizas.

O custo das obras de construção, inclusive instalações especiais de ar condicionado em vários setores, auditório para 250 pessoas, laboratórios, a maior parte do mobiliário, cozinhas comum e dietética, dois pavilhões anexos e as instalações de lavanderia, caldeiras de vapor, usina de tratamento d'água, fábrica e depósito de gás, usina elétrica de emergência etc., ascendeu a Cr\$ 49.167.851,50 assim distribuídos:

	Cr\$
1949.	2.470.930,00
1950.	4.212.864,60
1951.	5.000.081,50
1952.	17.728.296,50
1953.	14.317.337,00
1954.	5.438.141,90
Total.	49.167.851,50

A essa importância deve ser acrescida a quota-parte das despesas gerais, planejamento, fiscalização e administração do E.T.U.B. que tem oscilado entre 4,5 e 7% do valor das obras. A parcela correspondente ao ano de 1954 inclui despesas com a conservação do edifício e, principalmente, com o custeio das usinas de gás, tratamento de água, caldeira, incineração, energia elétrica, limpeza geral, conservação dos jardins e tôdas as demais operações que, no futuro, caberão à Prefeitura da Cidade Universitária. No exercício de 1955 o E.T.U.B. já despendeu, com todos os trabalhos dessa natureza e diversas obras de pequeno vulto, solicitadas pelo Sr. Diretor do Instituto, a importância de Cr\$ 1.531.970,00.

A área do Instituto, somada a dos seus pavilhões anexos, atinge a 16.072 m². O custo da construção completa, inclusive todo equipamento pesado, ficou em Cr\$ 2.920,00 por metro quadrado.

4. ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA

No Setor de Engenharia, dispondo, desde já, de uma área de 700x850 m, deverão ser construídos, além do edifício da respectiva Escola, os destinados à Escola Nacional de Química e aos Institutos de Eletrotécnica, de Física Nuclear e de Tecnologia.

Constituída por oito blocos interligados, com uma área de 75.380 m² destinados ao ensino, administração e circulação; 33.640 m² correspondentes aos subsolos, entresolos, galerias de operários e casas de máquinas; 28.300 m² adstritos aos recreios cobertos, estacionamento e reservas disponíveis, a Escola Nacional de Engenharia foi projetada e está sendo construída para 2.000 alunos.

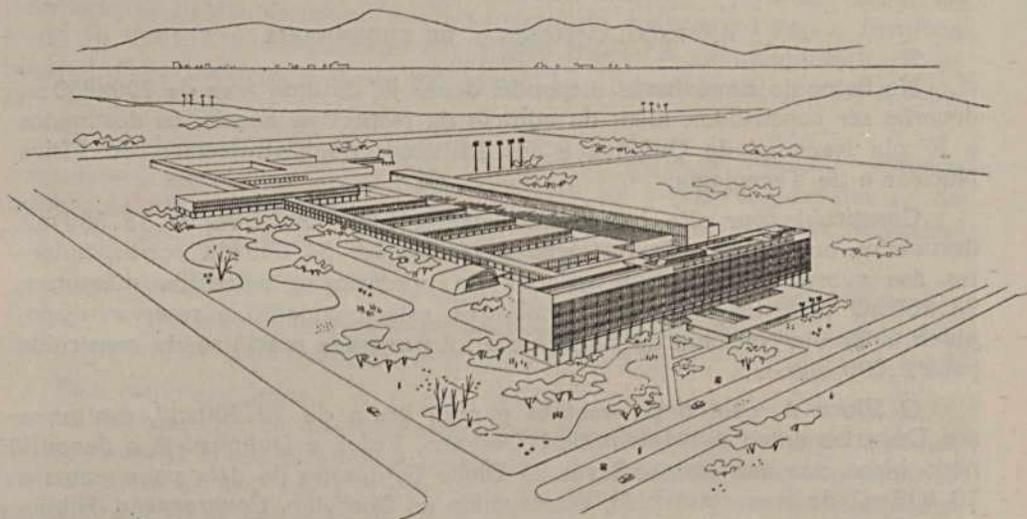
O Bloco A, com 6 pavimentos e área bruta de 29.700 m², destina-se aos Departamentos de Matemática, Desenho, Física e Química. É o denominado bloco dos laboratórios leves. O Bloco B, dotado de dois pavimentos e 10.098 m² de área construída, corresponde ao Conselho, Congregação, Biblioteca, Diretoria, sala de estar, cafeteria e outras instalações. Os Blocos C, D, F e G, todos iguais e medindo cada qual 6.616 m² de área construída, destinam-se, respectivamente, aos Departamentos de Ciências Naturais, Mecânica, Engenharia Mecânica, Topografia, Geodésia, Diretório Acadêmico e áreas de recreio e estacionamento. O Bloco H, em três pavimentos, medindo 15.098 m², corresponde aos Departamentos de Engenharia Civil e Ciências Econômicas. O Bloco I, do tipo especial, para laboratórios pesados, com pé direito de 8,35 m nas duas alas e de 20 m na parte central, possui, em toda sua extensão, subsolo com 3 m de altura para depósitos e passagem de canalizações, redes de energia elétrica e demais instalações. A laje nervurada do piso desses laboratórios pesados foi calculada para uma carga útil de 1.000 kg/m². O retângulo formado pelo bloco em causa mede 315,25x76,86m. A área, inclusive das salas de aulas e vestiários, distribuídos numa sobreloja ao longo de toda a ala direita, atinge a 27.790 m², sem incluir a área do subsolo que chega a 24.200 m².

Os primeiros estudos para a elaboração de um organograma didático da Escola Nacional de Engenharia, foram realizados em março de 1948, por uma Comissão de Professores daquela Escola, sob a presidência do Professor Durval Potyguara E. Curty.

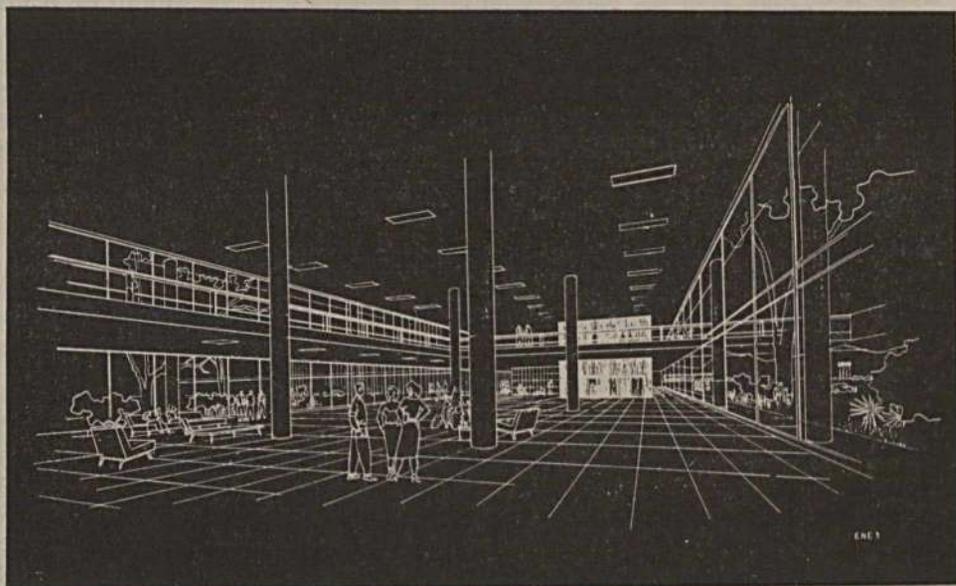
Os trabalhos preparados nessa base foram apresentados à C.S.P., por ocasião da 2.^a reunião efetuada no dia 27-1-1949. Do item 2.09 consta que o Dr. Francisco de Sá Lessa, então Diretor da referida Escola, solicitou e obteve prazo para rever o organograma já esboçado para a Escola Nacional de Engenharia, a fim de discutí-lo Com a Congregação daquela Escola. Na 5.^a reunião ficou resolvido elevar a lotação da Escola de 1.200 alunos para 2.000.

Da ata da 21.^a reunião, consta o ofício n.º 219, de 19-7-49 do E.T.U.B., ao Sr. Diretor da Escola Nacional de Engenharia, solicitando proporcionassem

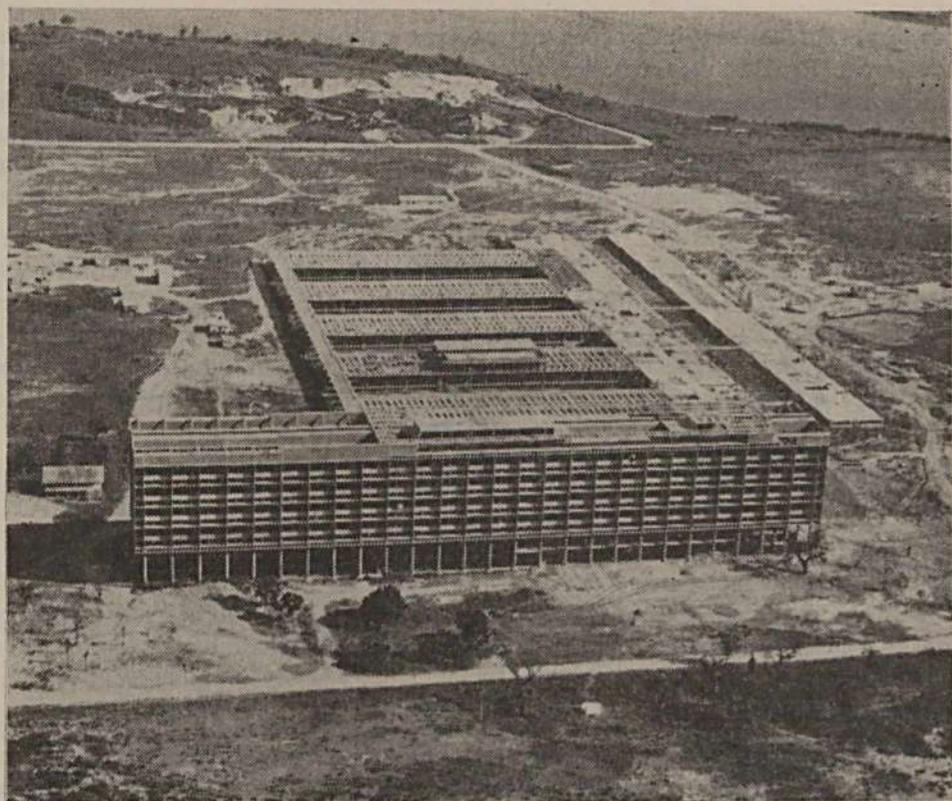
ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA



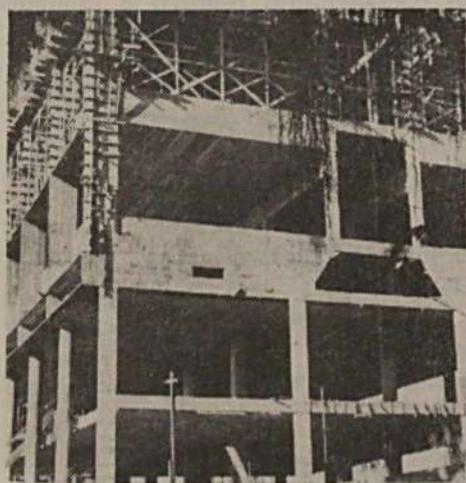
Perspectiva do conjunto



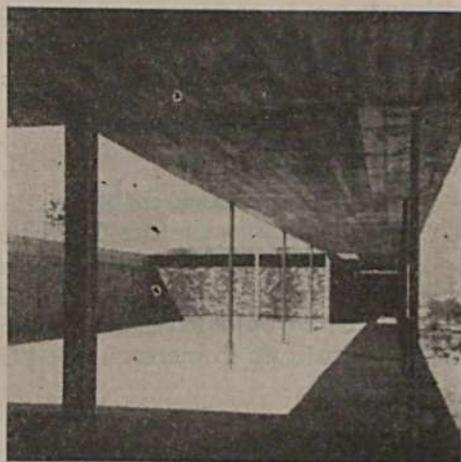
Hall principal



Vista aérea



Estrutura-Entrepiso



Terraço-Cobertura

os Srs. Professôres indicações necessárias ao planejamento. Na mesma ata declara o Prof. Sá Lessa haver enviado Circular aos integrantes do corpo docente comunicando-lhes a designação dos Profs. Antônio Alves Noronha, Antônio José da Costa Nunes, José Zacharias Amaral de Matos, Alyrio Hugue-ney de Matos, Durval Potyguara Esquerdo Curty, Nahul Benévolo e Ernani da Mota Razende, para o fim especial de examinar o projeto que está sendo elaborado no E.T.U.B. para a nova Escola Nacional de Engenharia.

No dia 27 de outubro de 1949, com a presença dos Srs. Ministro da Educação e Saúde, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Diretor-Geral do D.A.S.P. e outras autoridades, reuniu-se a C.S.P. para examinar os anteprojetos em elaboração. O Chefe do E.T.U.B., fêz uma exposição sôbre o estudo em desenvolvimento para a Escola Nacional de Engenharia, findo o qual foi o anteprojeto aprovado pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde.

Em conseqüência, o referido anteprojeto, especificações e orçamento foram levados à consideração do Sr. Presidente da República pelo D.A.S.P. com a Exposição de Motivos n.º 884, de 31-10-49, aprovado por despacho datado de 9-11-49.

Para estudos ligados aos respectivos setores e laboratórios, estiveram no E.T.U.B., em diversas datas, entre outros não assinalados nas atas, os seguintes professores:

Francisco de Sá Lessa; Durval Potyguara E. Curty; Eduardo Gomes Paz; João Cordeiro de Graça Filho; Antônio José Costa Nunes; Roberto Muniz Gregory; Jonas Corrêa Santos; Nahul Benévolo; Maurício Joppert da Silva; Sidney Santos; Ernani da Mota Rezende; Abrahão Izechson; Ruy Maurício de Lima e Silva; Otávio Reis de Cantanhede Almeida; Jorge Ribeiro Leuzinger; Cesar Reis de Cantanhede Almeida; Rufino de Almeida Pizarro; Jorge O. de Mello Flores e Theophilo Benedicto Ottoni Neto.

Dispondo o E.T.U.B. de copioso documentário relativo a unidades estrangeiras de ensino superior, recorreu, para o planejamento da Escola Nacional de Engenharia, as plantas, detalhes e memórias de muitas delas e, em especial, às das seguintes instituições afins:

França:

- École Superieuse d'Élétricité
- École Speciale des Traveaux Publics, du Batiment et de l'Industrie
- Laboratoire Nationale d'Hydraulique
- Laboratoire du Bitiment et des Travaux Publics
- École Supérieure de Physique et de Chimie
- Institute Politecnique de l'Université de Grenoble

Itália:

- Escola Politécnica de Turim
- Idem de Milão

Bélgica:

- Universidade de Ghent

Holanda:

- Laboratórios Philipps
- Centro de Pesquisas Industriais

Alemanha:

- Wilhelm Keizer Institute

Suiça:

- Escola Politécnica de Zürich
- Idem da Universidade de Lausanne
- Instituto de Física de Genève
- Instituto de Química da U. de Bâle
- Laboratórios Sulzer
- Idem Ciba
- Idem de Hidráulica Encher — Wyss

Inglaterra:

- Universidade de Glasgow
- King's College da U. de Londres
- Instituto de Engenharia da U. de Birmingham
- Universidade de Aberdsmen
- National Physical Laboratory

Estados Unidos:

- Illinois Institute of Tecnology Laboratory
- Mellon Institute
- Massachussetts Institute of Tecnology
- Drake University
- Northwestern University

India:

- Universidade de Peshawar
- Universidade de Roorkee
- Instituto de Ciências
- Laboratório de Metalúrgica.

Para execução das fundações e parte da estrutura do Bloco A, abriu-se, no dia 8-11-50, a concorrência pública n.º 011, cujo contrato foi assinado no dia 14-12-50, (processo M.E.S. n.º 4.772-50), depois de longos estudos e pareceres transcritos na ata da 65.ª reunião da C.S.P.

O anteprojeto elaborado fôra revisto pouco depois de sua aprovação, por motivo de novo regimento da Escola, sensivelmente diferente do que lhe havia servido de base, conforme assinala a ata da 35.ª reunião. A variante correspondente foi exposta no dia 11-10-51, verbalmente, pelo Chefe do E.T.U.B. ao Conselho Departamental da mesma Escola, que o aprovou unânimemente, havendo a C.S.P. homologado essa resolução, conforme registram as atas das 92.ª e 93.ª reuniões. Desde então até o presente, prosseguem estudos e detalhamentos dos laboratórios leves e pesados, com a colaboração dos respectivos professores e supervisão do Sr. Diretor da Escola, com assistência do professor Sydney Santos, para isso designado nos termos do item 4.00 da ata da 98.ª reunião da C.S.P.E.

Os trabalhos de construção da Escola Nacional de Engenharia, iniciaram-se 15 dias depois da assinatura do contrato já citado, com a firma Lindolfo Martins Ferreira que executou as estacas de fundação, blocos de coroamento e parte da superestrutura. As estacas cravadas foram do Sistema Ferrobeton-Silm tipos "Simplex" e "Duplex" armadas, com e sem bulbo, conforme as cargas e de acôrdo com as especificações do Instituto Nacional de Tecnologia, baseadas em sondagens realizadas no eixo de cada pilar. Três provas de carga permitiram avaliar a eficiência das mesmas, provas essas efetuadas sob o contrôle do referido Instituto.

Com o officio n.º 35 de 15-2-50, solicitou o E.T.U.B. autorização da P.D.F. para o início dos trabalhos em causa, a qual foi concedida pelo officio SG 210, de 24-3-50 do Sr. Secretário Geral de Viação e Obras.

O número de estacas cravadas atingiu a 2.062, com uma extensão total de 21.036m, calculadas para anularem uma carga de 146.657 toneladas.

A superestrutura executada até 31-8-55, para os Blocos A, B, C, D, E, G e I (com exclusão do Bloco H que ainda está só com as estacas e blocos de coroamento), acusa as seguintes quantidades:

volume de concreto.	17.859 m3
moldes.	197.865 m2
aço.	1.964 toneladas

Essa superestrutura não foi executada apenas pela firma titular do contrato relativo à Concorrência Pública n.º 011 acima citada. Por força da concorrência pública n.º 058, a que compareceram nove (9) licitantes, os elementos estruturais dos Departamentos couberam a Empresa de Representações Técnico-Comercial PROTERMA LTDA. e os dos Laboratórios Pesados à Empresa Construtora Castro-Ferreira Ltda.

Também efetuou-se a concorrência pública n.º 049 (processo C.S.P.E. n.º 46/53) para a execução de alvenarias, forros, vergas e cintas em concreto armado e colocação de tacos para esquadrias. O contrato foi assinado no dia 20-7-53, com a Empresa de Representações Técnico-Comercial PROTERMA LTDA.

As despesas feitas, com exclusão das quotas-parte de planejamento, fiscalização e administração, ascendem a Cr\$ 83.567.271,80, assim distribuídas:

	Cr\$
1951.	4.603.000,90
1952.	12.316.641,00
1953.	18.024.177,10
1954.	17.911.363,70
1955.	28.712.089,10
Total.	83.567.271,80

Dessa quantia, Cr\$ 3.606.765,10 foram despendidas nas alvenarias do Bloco A.

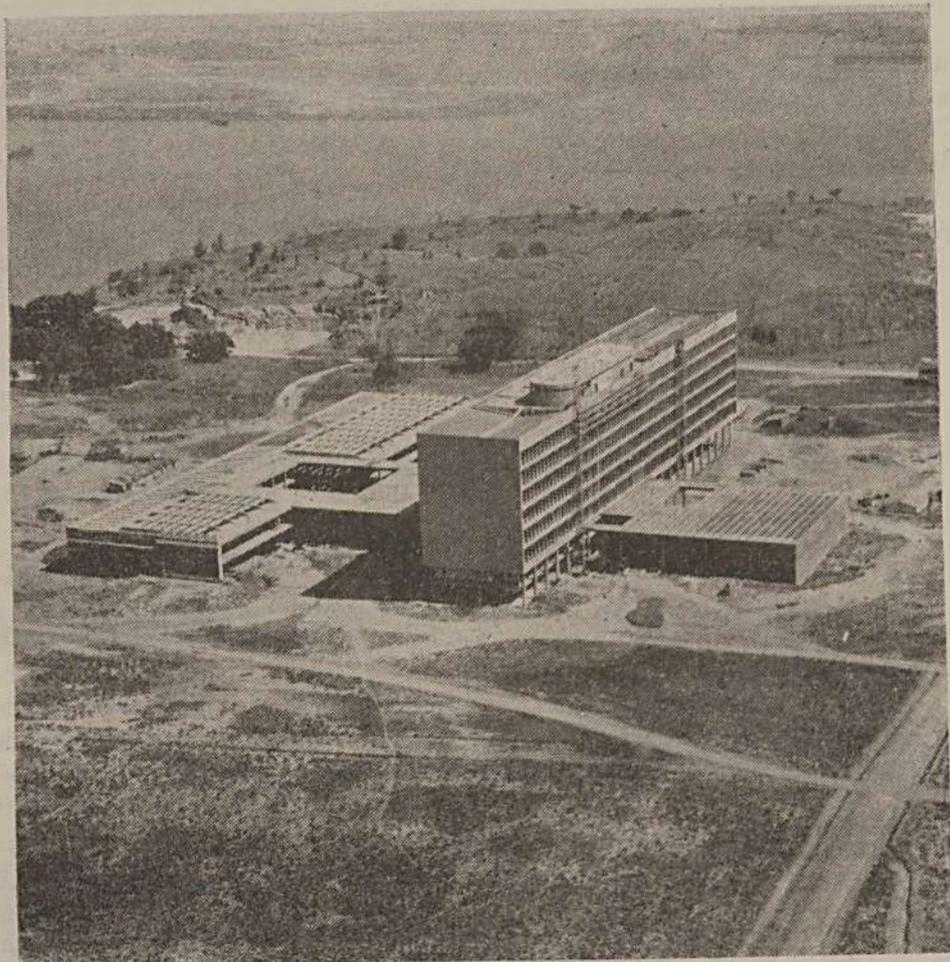
Da área prevista, de cerca de 139.623 m² (incluindo o subsolo do bloco I), está executada a superestrutura de 117.906 m², custo médio do metro quadrado da área bruta já realizada — fundações e superestrutura — atingiu a Cr\$ 586,00.

5. FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA

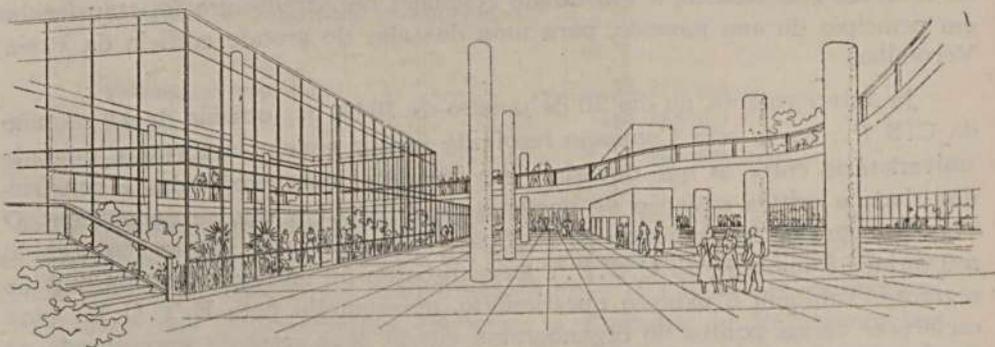
Poucos exemplares existem no mundo de edifícios construídos especificamente para o ensino de arquitetura e urbanismo. Vivendo, no passado, em simbiose ora com as escolas de engenharia, ora com as de belas artes, é relativamente recente a autonomia do ensino de arquitetura. Espremida, juntamente com a Escola Nacional de Belas Artes e o Museu de Belas Artes, no edifício da Avenida Rio Branco, a Faculdade Nacional de Arquitetura foi transferida, em princípio do ano passado, para uma das alas do grande edifício da Praia Vermelha.

Já anteriormente, no dia 20 de janeiro de 1949, por ocasião da 1.^a reunião da C.S.P., havia essa Comissão resolvido incluir aquela importante unidade universitária entre as que deveriam ser imediatamente projetadas e construídas, dada a crítica situação de angústia de espaço em que se encontrava. O seu organograma foi cometido ao Professor Paulo Ewerard Nunes Pires, então seu diretor e membro da C.S.P.. Esse trabalho foi entregue logo na reunião seguinte. Também o extenso questionário, apresentado pelo E.T.U.B. para esclarecer vários pontos do organograma citado, teve resposta apresentada na 4.^a reunião. Nesse trabalho foi proposta a lotação de 900 e 240 alunos para os cursos de arquitetura e urbanismo, respectivamente.

FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA



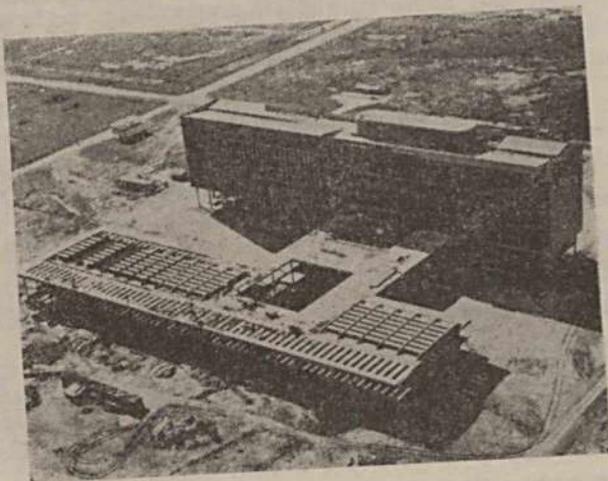
Vista aérea



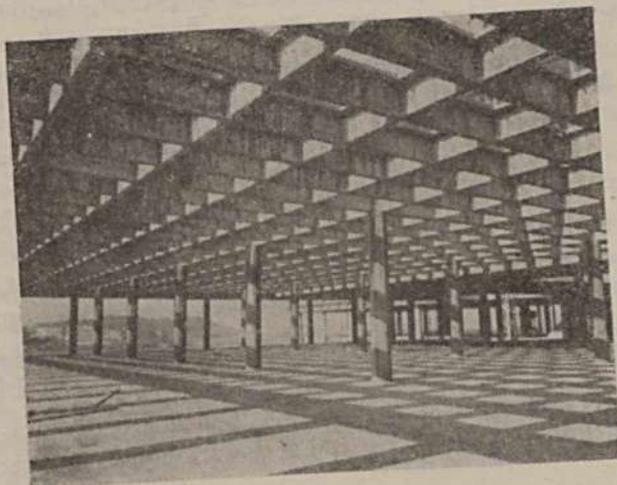
Hall principal



Fachada NNO



Fachada SSE



Shed da biblioteca

No dia 30-5-49, a C.S.P. resolveu: adotar o estudo n.º 2 da Faculdade Nacional de Arquitetura, segundo o qual o E.T.U.B. deveria processar o desenvolvimento do respectivo anteprojeto a ser oportunamente submetido a novo exame.

Da ata da 23.^a reunião, efetuada no dia 11 de agosto de 1949, consta a seguinte resolução:

“Foi apresentado à “C.S.P.” o anteprojeto da Faculdade Nacional de Arquitetura. O arquiteto Jorge Machado Moreira fez uma exposição a respeito das várias pranchas do trabalho elaborado pela equipe de arquitetos do E.T.U.B.

Depois dos esclarecimentos prestados, o professor Paulo Pires, declarou que o organograma havia sido fielmente cumprido e que, pessoalmente, havia acompanhado a execução do anteprojeto, resolvendo, com a equipe de arquitetos, tôdas as dúvidas e dificuldades por acaso surgidas na elaboração do plano.

Nestas condições, propôs à C.S.P. que o anteprojeto fôsse, sem restrições, aprovado, de vez que satisfazia plenamente às aspirações da Faculdade Nacional de Arquitetura, sob todos os pontos de vista, inclusive, quanto à parte plástica do conjunto, que no seu entender, reflete as tendências atuais da nossa arquitetura, tão justamente exaltadas nos países de cultura.”

Em consequência, aprovou a C.S.P. o anteprojeto da Faculdade Nacional de Arquitetura.

No dia 25 de agosto dêsse mesmo ano de 1949, no Gabinete do Sr. Ministro da Educação e Saúde, a C.S.P. apresentou a S. Ex.^a o projeto, orçamento e especificações da citada Faculdade. Com apoio do Sr. Ministro, encaminhou o D.A.S.P. à alta consideração do Sr. Presidente da República, com a Exposição de Motivos n.º 721, de 30-8-49, os referidos elementos técnicos que foram aprovados por S. Ex.^a por despacho do dia 13-10-49.

Durante o desenvolvimento do projeto construtivo, propôs o E.T.U.B. fôsse o Curso de Urbanismo localizado, posteriormente, em edifício próprio. Os novos estudos, mediante essa fórmula, reduziam de cerca de 16.000 m² a área do anteprojeto aprovado. Na 41.^a reunião o Professor Paulo Pires comunicou a sua concordância com as alterações propostas, as quais foram autorizadas pela C.S.P.

Para resolver problemas de insolação, iluminação e ventilação naturais, enviou o E.T.U.B. o ofício n.º 117, de 4-7-50, ao Instituto Nacional de Tecnologia, solicitando parecer a respeito. Dêsse ato resultou a formação da turma especializada anteriormente citada, sob a direção do Dr. Paulo Sá.

A concorrência pública n.º 009, aberta a 14-3-1950, com a presença de 12 licitantes, permitiu o início dos trabalhos de execução das fundações e de

parte da superestrutura do Bloco A. O contrato respectivo foi assinado no dia 31-5-50, conforme processo n.º 13.618-50 do M.E.S.

O projeto arquitetônico da Faculdade em causa foi enviado à P.D.F. com ofício n.º 208, de 5-10-50, e aprovado nos termos do ofício 423, de 2-7-51, do Sr. Secretário Geral de Viação e Obras.

A convite do Professor Paulo Pires, compareceram o Chefe e o Arquiteto-Chefe do E.T.U.B. a uma reunião da Congregação da Faculdade Nacional de Arquitetura, efetuada no dia 18-10-1950 (ata da 61.^a reunião), para uma explicação verbal do projeto. Deliberou a Congregação dar aos Srs. Professores um prazo para apresentarem, por escrito, detalhes das alterações que julgassem aconselháveis. Essas sugestões foram entregues pelo Professor Paulo Pires na reunião do dia 23-11-50.

Posteriormente em rápida exposição, feita por ocasião da 111.^a reunião da C.S.P., aquêle Diretor assinalou a situação em que se encontrava a sua Faculdade bem como a Escola e o Museu de Belas Artes, em razão da angustiosa falta de espaço de que se ressentia o edifício ocupado pelas três unidades universitárias na Avenida Rio Branco e pediu que fôssem apressadas as obras do novo edifício.

Nessa ocasião, com efeito, dispunha a Faculdade de Arquitetura de salas medindo um total de 2.948 m², dos quais 1.203 no referido edifício da Avenida Rio Branco e 1.744 m² do edifício da Reitoria, na Praia Vermelha. Computadas, porém, as áreas de serviços gerais, galerias e sanitários, a área global, nos dois locais, atingia a 5.934 m². O número de alunos era, então, de 694 o que conduz a uma área de apenas 8,50 m² por estudante.

As superfícies indicadas como suficientes no organograma inicial, apresentado pelo Professor Paulo Pires, mediam 24.116 m². Como a capacidade então prevista era de 500 alunos de arquitetura e 160 de urbanismo, a área "per capita" correspondia a 36,60 m².

O projeto em construção é formado por um bloco principal (A) de 8 pavimentos, com uma área bruta de 33.660 m²; outro (B), com dois pavimentos, medindo 4.564 m² e dois outros (C e D), também, com 2 pavimentos e área total de 18.100 m². Do projeto consta, ainda um quinto bloco (E), com 5.200 m², não iniciado, que se destinará a um grande museu de arquitetura comparada.

O bloco principal (Bloco A) mede 170 x 25 m em planta e 47 m de altura. O pavimento térreo, com 50% de sua área em pilotis, compreende a portaria, arquivo, almoxarifado, cantina e Diretório Acadêmico. No segundo pavimento (sobreloja), prolongando-se pelo Bloco C, ficarão a Administração, Diretoria, Congregação, Conselho Departamental e parte do Diretório Acadêmico. Os pavimentos superiores (3.º, 4.º, 5.º e 7.º) estão destinados aos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos do curso de arquitetura. São todos iguais e compreendem 2 salas de trabalho (estúdios) para 11 alunos, 21 para 8 estudantes cada, 2 salas de ensino teórico para 51 alunos; 3 salas de ensino prático para

24 alunos; gabinetes para os professores, secretaria, depósito e demais instalações.

O 8. pavimento, igual aos anteriores, servirá para os cursos de pós-graduação e também, provisoriamente, para o de urbanismo, enquanto não se constrói o bloco que lhe será exclusivo.

O Bloco B destina-se à biblioteca especializada, com acesso independente para permitir o seu uso a qualquer hora. Os Blocos C e D, dotados de dois pavimentos, correspondem às cadeiras de Materiais de Construção, Mecânica dos Solos, Física Aplicada, Higiene dos habitantes, Saneamento das Cidades, Desenho Figurado, Modelagem, Museu Técnico, Mostruários, Auditório com 300 lugares, oficina de maquetas, etc.

A área total desses Blocos A, B, C e D, incluindo as áreas dos pilotis, atinge a 56.324 m².

A lotação média normal, sem contar os alunos de pós-graduação e de urbanismo, poderá oscilar entre 900 e 1.065. A área "per capita" atinge, pois, a cerca de 56 m².

A construção da Faculdade Nacional de Arquitetura apresenta-se mais avançada do que a da Escola Nacional de Engenharia e do Hospital de Clínicas, por ser a metade e a quarta parte, em extensão, das duas outras obras, respectivamente.

A descrição da situação dos trabalhos seria longa. O bloco principal (A) já se encontra na fase dos acabamentos, ao passo que os outros estão com a superestrutura apenas em fase final.

As fundações do Bloco A são constituídas por 72 tubulões anulando uma carga de 28.800 toneladas. Os outros três blocos estão construídos sobre 421 estacas Franki, com uma extensão de 3.563 m, suportando uma carga de 41.500 toneladas.

A superestrutura, quase concluída, já consumiu 16.561 m³ de concreto, 2.394 toneladas de aço e 167.986 m² de moldes.

O custo, até 31 de agosto último, de todas as obras e trabalhos executados, com exclusão das quotas-parte de planejamento, fiscalização e administração, que oscilam entre 4 e 7% do valor das despesas já feitas, é o seguinte:

	Cr\$
1950.	3.008.328,20
1951.	8.803.494,60
1952.	16.089.553,20
1953.	11.263.450,90
1954.	24.637.818,00
1955.	47.672.590,90
Total.	111.475.235,80



Vista aérea da ilha

6. OBRAS GERAIS E DE URBANIZAÇÃO

Numerosos e contínuos trabalhos tendo em vista as rêsdes provisórias de energia elétrica, água e telefone, bem como a construção e conservação das vias de acesso às obras, pontes de ligação da Ilha Universitária ao continente, sondagens para o conhecimento do subsolo, construção de galpões para almoxarifados, administração, oficinas diversas, garagens, depósitos, balança para caminhões, casas e galpões para operários, estudos das condições climáticas, formação de hortos botânicos para o preparo de mudas destinadas à arborização e ajardinamento e muitos outros serviços subsidiários, foram realizados até a presente data. Resumidamente, cabe indicar os seguintes:

a) *Levantamento topográfico* — não existiam, ao se iniciarem os estudos de localização da Cidade Universitária nas Ilhas, plantas planimétricas e altimétricas, senão indicativas e por demais grosseiras. Nos termos da autorização presidencial, constante do despacho exarado na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 1.202, de 12-6-1945, executou a companhia "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul Ltda.", pelo preço de Cr\$ 535,00 o hectare, o levantamento planialtimétrico do conjunto de ilhas referidas no Decreto-lei n.º 7.563, que atingiu uma área de 562,2 hectares. As coleções de plantas foram executadas nas escalas de 1:5.000 e 1:1.000, sendo que, nestas últimas, as curvas de nível são de metro em metro. Um mosaico das ilhas, na escala de 1:4.000, também foi executado. Esses trabalhos custaram, então,

Cr\$ 235.456,60. Posteriormente realizaram-se outros mosaicos aéreos correspondentes às novas fases dos trabalhos e de atêrro. O serviço Geográfico do Exército, e o Ministério da Aeronáutica, a pedido dêste Escritório Técnico, efetuaram três mosaicos do mesmo tipo, sem despesas para o E.T.U.B.

b) *Sondagens* — Ao contrário do que se poderia supor, o subsolo da Ilha Universitária revelou-se quase totalmente isento de lodo, salvo pequenas áreas periféricas ou correspondentes aos antigos canais, que acusaram reduzidas camadas superficiais dêsse material ou de areia lodosa. As camadas subjacentes são, porém, constituídas de areia mais ou menos argilosa, sobreposta, por sua vez, a leitos de alteração de rocha a que se segue, logo depois, rocha viva. A turma de sondagens e mecânica dos solos, anteriormente citada, além dos estudos especiais necessários à abertura das concorrências públicas para a execução das fundações dos quatros edifícios que estão sendo erguidos e para a ponte Oswaldo Cruz, realizou também várias provas de carga e uma rede de 716 furos de sondagens, com um comprimento superior a 6.000 metros.

As despesas com a mão de obra dessa turma, gratificações dos engenheiros especializados do Instituto Nacional de Tecnologia e aquisição de todo o material necessário, ascendeu, até 31-8-1955, a Cr\$ 1.505.353,80.

c) *Estudos climáticos e de conforto* — Sob tais aspectos, a Ilha Universitária está sujeita às condições gerais de todo o Distrito Federal, em especial às de sua orla marítima. Coube a uma turma do Instituto Nacional de Tecnologia, realizar estudos particularizados de conforto técnico e luminoso da Ilha Universitária e, em especial das escolas, institutos, hospitais, laboratórios e campos esportivos.

Os trabalhos efetuados em 5 anos constam de vários pareceres e de cinco publicações, assinadas pelo Dr. PAULO SÁ:

1.º) Estudos de Conforto para a C. Universitária.....	1951
2.º) Estudos de Iluminação para a C. Universitária.....	1951
3.º) Arquitetura e Conforto da C. Universitária.....	1952
4.º) Iluminamento Natural, ensaios para sua previsão nos edifícios da Cidade Universitária.	1954
5.º) Ensaios sôbre Isolamento Acústico para a Cidade Universitária.....	1955

As despesas com a aquisição de aparelhos especiais, publicação dos estudos, construção de pavilhões experimentais e gabinetes e também com as gratificações aos técnicos destacados pelo Instituto Nacional de Tecnologia e seus auxiliares, somaram, até à data convencionada, Cr\$ 936.471,60.

d) *Hortos e jardins* — A grande área da Ilha Universitária apresenta-se quase inteiramente despida de vegetação, não só porque parte dela foi ganha ao mar e aos mangues, mas também porque a quase totalidade da área das próprias ilhas foi aterrada com camadas de 1,80 m, em média. O problema de arborizar e ajardinar mais de 500 hectares não poderia ser resolvido adquirindo-se mudas, nem apelando para os hortos federais e municipais existentes. A compra a particulares atingiria a valores elevadíssimos e os órgãos do Governo ainda não possuem mudas em quantidades suficientes para os seus encargos normais, sendo êles próprios compradores.

Três hortos de grandes proporções foram criados para atender a tais necessidades. Um, permanente, em terras da antiga ilha da Sapucaia e outro, provisório, na ex-ilha do Catalão, cuja mata foi limpa e enriquecida para se tornar um dos bosques previstos no plano geral de urbanismo. Um terceiro horto, auxiliar, pode ser instalado, com notável êxito, em terras situadas junto ao Jardim Botânico, cedidas, a título precário, pelo Serviço Florestal do Brasil, do Ministério da Agricultura, nos termos do ofício n.º 801, de 3-7-53, do respectivo Diretor.

A turma já referida páginas atrás, formou diretamente êsses três hortos que dispõem, presentemente, de 16.700 mudas de árvores e mais de 34.900 exemplares para o ajardinamento. Também realizou, administrativamente, o atual Jardim do Instituto de Puericultura, medindo 6.200m², cujo projeto foi elaborado por Burlle Marx. As mudas para arborização mais numerosas são as de flamboiant (*Poisiana régia*), oitis (*moquilea tomentosa*), cássias diversas, jambos (*Eugênia malecensis*), *Ficus Benjamina*, *Clitória racemosa*, *Spalthodea campanulata*, etc.

As despesas materiais com tais trabalhos estão englobadas na rubrica Parques e Jardins. A parte relativa ao pessoal dirigente, aos operários e jardineiros encontra-se distribuída pelos quatro ítems da rubrica Pessoal.

c) *Pontes* — O plano geral urbanístico da Ilha Universitária previa três pontes, duas das quais de ligação com o continente e outra com a Ilha do Governador. Quando foi determinada, por lei, a localização da Cidade Universitária nas ilhas, já o Ministério da Aeronáutica cuidava da construção da ponte do continente à antiga ilha do Fundão e da outra que vai desta à Ilha do Governador, ao longo da atual Avenida Brigadeiro Trompowsky.

Essas duas pontes estavam projetadas com 10 metros de largura, considerada insuficiente para as necessidades da futura Cidade Universitária, acrescida às da própria Ilha do Governador. Para ampliar apenas o lance Continente-Fundão, dando-lhe 20 metros de largura, foi o E.T.U.B. autorizado pelo Sr. Presidente da República a contribuir com Cr\$ 2.411.187,50, diferença do custo entre as duas soluções, nos termos da letra a do ítem 25 e inciso 3.º do ítem 28, da Exposição de Motivos D.A.S.P. 936, de 14 de maio de 1945. O contrato, celebrado em 2 de maio de 1945, foi registrado pelo Tribunal de Contas em 29 de junho do mesmo ano.

A segunda das pontes, planejada entre a Ilha Universitária e o Continente, recebeu o nome de "Ponte Oswaldo Cruz". Terá ela 26m de largura, seis faixas de rolamento, dois passeios, 200m de extensão e 8,20 de luz, sôbre água de maré média. Destina-se essa ponte a unir a avenida ladeada pelas Escola de Engenharia e Faculdade de Filosofia e que parte da Praça da Retoria — centro de gravidade da Ilha Universitária — com a alameda a ser aberta, no continente, pela P.D.F. até a Avenida Brasil, que será cruzada mediante um trevo, de modo a alcançar uma grande avenida em construção até o Meier. O projeto dessa ponte e de suas ligações com o continente foi devidamente aprovado pela P.D.F. sob o n.º 6.050/53 que modificou o de n.º 5.343, segundo comunicação do Sr. Secretário de Viação e Obras, constante do ofício n.º SG-318, de 30 de abril de 1953. Vários detalhes técni-

cos levaram a entendimentos complementares com o Departamento de Urbanismo da P.D.F. que aprovou as difíceis modificações efetuadas pelo ofício n.º 125, de 11-12-53.

O projeto, cálculo, especificações e orçamento dessa ponte foram contratados com a firma "Machado da Costa", segundo autorização presidencial exarada na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 1.263, de 29-6-1953. A execução das obras de construção, autorizada pelo Sr. Presidente da República nos termos do despacho constante da Exposição de Motivos n.º 689, de 4-5-1954, do mesmo Departamento, coube, por força da concorrência pública n.º 059, a que compareceram 5 proponentes, a Cia. Nacional de Construções Cívicas e Hidráulicas, com a qual foi assinado o contrato respectivo, na importância de Cr\$ 44.444.000,00 (processo C.S.P.E. n.º 40/54).

Os trabalhos já estavam com o seu contrato assinado quando, em face da Circular da Presidência da República n.º 18, de 29-10-54, referente ao plano de economia, a oportunidade do início das obras ou a rescisão do contrato respectivo foi levantada e levada à consideração do Sr. Ministro da Educação e Cultura pela C.S.P.E., mediante o ofício n.º 12, de 4-11-1954. Na base do parecer n.º 163/54 do Sr. Consultor Jurídico do M.E.C., o Sr. Ministro decidiu-se pela primeira hipótese, desde que fôsse acertado um plano adequado à situação financeira. Esse acôrdo foi feito e as obras iniciadas.

f) *Águas e esgotos* — Os problemas ligados ao abastecimento de água potável, as rêdes de águas pluviais de esgotos, primários, foram focalizados pelo E.T.U.B. em fins de 1949, mediante consulta a três escritórios especializados em projetos dessa natureza. Os resultados apurados mereceram aprovação do Sr. Presidente da República, nos termos do despacho de 22-1-50, exarado na Exposição de Motivos do D.A.S.P. n.º 33/50, de 12-1-50. O termo de ajuste, assinado a 15 de junho de 1950, com a Empresa Brasileira de Águas (E.B.A.), na base de 1,25% dos orçamentos aprovados, referiu-se aos projetos, memórias descritivas, especificações e orçamentos das instalações de adução, tratamento e distribuição de água potável; rêde primária das águas de esgotos e respectivo tratamento; galerias de águas pluviais; fábrica de gás e sua distribuição e usina de incineração de lixo. Mediante um termo aditivo excluíram-se os projetos relativos à fábrica e rêde de gás e à usina de incineração de lixo.

Relativamente ao abastecimento de gás, logo na 2.ª Ata da C.S.P., consta a resolução de se consultar o Departamento Nacional de Iluminação e Gás. A resposta, constante do ofício n.º 28, de 25-3-49, daquele Departamento, declara a impossibilidade de qualquer previsão, à época, mas que, com a renovação do contrato federal, haverá oportunidade para dar solução cabal ao problema.

Para os estudos relativos ao lixo, água e esgotos, foram mantidos entendimentos com a Secretaria de Viação e Obras Públicas da P.D.F. (ofícios ns. 936, de 15-1-53; 940, de 16-12-53; 110, de 9-3-54; 244, de 3-5-54; 388, de 7-7-54). Os resultados desses entendimentos estão consubstanciados, quanto aos problemas de água e esgotos, no ofício n.º 617, de 24-6-54, do Sr. Secretário Geral de Viação e Obras da P.D.F. Nêle ficou assentado não

haver nenhum inconveniente em ser construída uma subadutora privativa da Cidade Universitária, derivada das adutoras de Lages, nas proximidades de Manguinhos, de modo a garantir o abastecimento futuro daquela Cidade. Relativamente aos afluentes de esgotos, resolveu-se que os mesmos poderiam ser lançados no início do coletor geral da Penha, sendo, entretanto, necessária a ampliação da estação de tratamento existente, ampliação essa que deverá ser custeada ou executada por esse Escritório Técnico.

Para estudar e dar parecer a respeito dos projetos e orçamentos das rêdes de água potável, extinção de incêndios, esgotos primários e esgotos pluviais, apresentados pela E.B.A., designou a C.S.P. o engenheiro Theophilo Benedicto Ottoni Neto, professor catedrático de Hidráulica da Escola Técnica do Exército, Docente de Hidráulica da Escola Nacional de Engenharia e engenheiro do Laboratório Hidrotécnico Saturnino de Brito. Sobre esse trabalho, em 52 fôlhas datilografadas, apresentado no dia 27 de maio de 1952, emitiu o Professor Nahul Benévolo, representante do Magnífico Reitor na C.S.P.E., um parecer aprovado unânimemente pela referida C.S.P., em sessão do dia 26-6-52, no sentido de não serem aceitos os trabalhos em causa, conforme havia concluído o estudo do Engenheiro Theophilo Benedicto Ottoni Neto.

Em consequência, os projetos tiveram de ser totalmente refeitos pela E.B.A.

O novo projeto, memoriais, especificações e orçamento relativos à rede de galerias de águas pluviais, foram aprovados pela C.S.P.E. em sua 63.^a reunião, de 30-10-53, na base do parecer emitido pelo professor Jorge Ribeiro Leuzinger, então membro da C.S.P.E., na qualidade de Diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Para o sistema de água potável, refêz a E.B.A. o projeto o qual foi examinado pelos engenheiros chefes dos Setores de Hidráulica e Orçamentos do E.T.U.B. e pelo Professor Jorge Ribeiro Leuzinger, cujo parecer favorável, datado de 5-1-54, recebeu aprovação unânime da C.S.P.E. em sessão do dia 18-3-54.

Os novos projetos sobre as rêdes de esgotos primários também foram finalmente aprovados nos termos da Resolução unânime da C.S.P.E. em sua 112.^a reunião do dia 11-11-54.

Os trabalhos aprovados constam dos seguintes elementos:

Rêde de esgotos pluviais:

Vol. I — Relatório com 69 págs.

Vol. II — Especificações e Orçamentos, com 49 págs. Coleção de 62 desenhos.

Rêde de água potável:

Relatório, especificações e estimativa de custos com 114 págs. Coleção de 71 desenhos.

Rêde de esgotos primários:

Relatório, especificações e estimativa de custo com 66 págs. Coleção de 78 desenhos.

As previsões de custo, depois de revistas e corrigidas pelo E.T.U.B., acusam os seguintes valores:

1.º) Rêde de esgotos pluviais	{ drenagem superficial.	23.250.08260
	{ drenagem no subsolo.	5.097.420,70
2.º) Sistema água — subadutora estação de tratamento; rêde de distribuição.		113.255.000,00
3.º) Sistema de esgotos — rêde, estação de recalque e linha de recalque.		34.255.000,00
Total.		175.765.503,30

Pelos trabalhos realizados e aceitos, recebeu a E.B.A., nos termos do ajuste, a importância de Cr\$ 2.197.097,80.

g) *Pesquisa de água do subsolo* — Com o objetivo de verificar-se a existência de água no subsolo da Ilha Universitária, autorizou a C.S.P., no dia 19-8-54 (processo n.º 72/54), a adjudicação dos serviços de perfuração à Cia. T. Janer-Comércio e Indústria. Foram efetuadas duas perfurações, uma na antiga Ilha do Catalão e outra junto ao Instituto de Puericultura, na antiga ilha do Fundão. Também limpou-se, para reexame, um antigo furo encontrado na ex-ilha das Cabras. Essas perfurações, com 80, 60 e 52 metros, respectivamente, atravessaram, salvo 2,50 a 3 metros iniciais em terra, rocha viva, sem fendas, revelando-se os poços inteiramente secos. O custo desses exames ascendeu a Cr\$ 242.770,00.

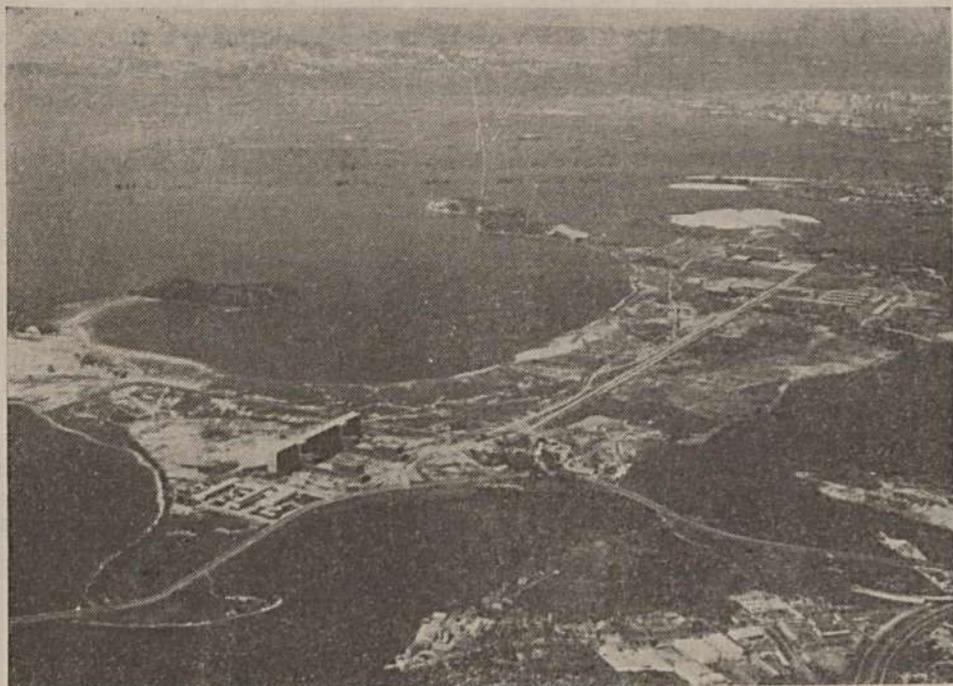
h) *Obras Gerais* — São de Grande diversidade os trabalhos sob essa rubrica: obras por administração; execução e conservação de estradas de serviço; rêdes de água, energia e telefones; manutenção de máquinas, oficinas, veículos e transporte; construção e conservação de depósitos diversos, garagem e alojamentos etc.

Existem, atualmente, na Ilha Universitária, 6.670m de estradas com 60.000m², sendo 42.000m² em macadame hidráulico e 18.000m² em terra. Essas estradas foram executadas ao longo das futuras alamedas previstas no projeto de urbanização.

A rêde de distribuição de água, a partir de grande reservatório em concreto armado, com bombas de recalque, mede 9.800 metros de extensão; 2.930m são em tubos de 4", 4.660m de tubos de 2" e o restante em tubos de 1 1/2" a 1/2".

O fornecimento de energia elétrica às obras é feito mediante uma rêde distribuidora de 6.000 volts, com 8.200m de extensão, existindo 16 transformadores de poste de 50 KVA. A subestação com três transformadores de 500 KVA, recebe energia sob a tensão de 25.000 volts.

A rêde telefônica, ligando as diversas obras à Administração, mede cêrca de 4.000m e dispõe de 10 aparelhos em serviço.



Localização dos edifícios

Possui o E.T.U.B. 9 jipes, 3 caminhões, 1 trator, 1 motoniveladora, 1 compressor, 1 caminhão pipa, 5 caminhonetas, 1 automóvel Citroem, 1 ônibus e 1 reboque. Essas viaturas e máquinas são conservadas e reparadas nas oficinas do E.T.U.B., que dispõem de serviços de mecânica, solda elétrica e a oxigênio, pintura e almoxarifado de peças. Anexo às oficinas, funciona o posto de serviço para limpeza, lubrificação e manutenção.

As unidades auxiliares das obras são constituídas: 1) por 4 almoxarifados, medindo 1.536 m²; 2) 2 galpões para o Escritório da Fiscalização, com uma área de 849 m²; 3) Garagem, oficinas e posto de serviço, medindo 680 m²; 4) oficina de carpintaria e marcenaria com 190 m²; 5) Galpões para o Serviço Nacional de Malária, medindo 80 m²; 6) Alojamentos e residências de pessoal que reside na Ilha, sendo 7 alojamentos coletivos com 735 m² e 22 residências para famílias com 1.355 m².

O Serviço de vigilância, pelo sistema de ronda montada, é feito por guardas uniformizados, que dispõem de 8 cavalos. Existem, para esse serviço, alojamento próprio e cocheira.

Na presente oportunidade, emprega o E.T.U.B., nas obras executadas diretamente, 246 operários, sendo: 94 em serviços gerais; 20 na vigilância; 83 operários nas obras da Arquitetura; 23 no Instituto de Puericultura; 3 na Seção de Maquetas e 23 nos ajardinamentos e arborização.

i) *Estatística Universitária* — Destinado a fornecer elementos para o planejamento da Cidade Universitária, efetuou-se um inquérito nos termos

da autorização dada em 17-9-1945, pelo Sr. Presidente da República, na Exposição de Motivos do D.A.S.P., de 15 de agosto do mesmo ano. Esse inquérito, realizado por intermédio do Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil, baseou-se num questionário sintético, abrangendo os seguintes aspectos:

- 1.º) Identificação
- 2.º) Condições paternas
- 3.º) Histórico pró-universitário
- 4.º) Serviço Militar
- 5.º) Condições assistenciais próprias
- 6.º) Condições sanitárias
- 7.º) Condições de Educação Física
- 8.º) Condições materiais da Escola
- 9.º) Condições didáticas da Escola.

Para uma população, então orçada em 6.240 estudantes, 2.954 deram respostas satisfatórias ao questionário formulado. Os resultados foram objeto de apuração sistemática, crítica e análise, em 1947, por parte do Sr. J. R. Jubé Júnior, cujo trabalho foi publicado, em 1950, pelo D.A.S.P.. As despesas correspondentes ficaram em Cr\$ 75.000,00.

III — RECURSOS FINANCEIROS

O plano de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil teve, logo no início, um fundamento econômico-financeiro perfeitamente adequado. As Leis ns. 452 e 461, de 5 e 19 de julho de 1937, respectivamente, criaram, com efeito, recursos especiais que adviriam da alienação de numerosos imóveis de propriedade federal, arrolados nos artigos 17 e 20 da primeira das leis citadas.

Em setembro de 1945, um levantamento metuculoso dessas propriedades, acusava a existência de cerca de 11.000.000 m² disponíveis, situados em Manguinhos, Cais do Pôrto, Bonsucesso, Cajú, Ramos, Olaria, Penha, Braz de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e no Estado do Rio de Janeiro além de imóveis diversos, sob a administração da Fazenda Nacional, situados na Esplanada do Senado e do Castelo, Laranjeiras, Gávea, Lagoa e outros locais.

Naquela data, êsses imóveis estavam avaliados em Cr\$ 1.679.630.000,00.

Nos termos do Decreto-lei n.º 7.217, de 30-12-44, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 10.171.073,30 para aplicação em estudos, projetos e trabalhos preliminares de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Cumprir notar que as alienações previstas pela Lei n.º 452, acima citada, haviam produzido até fins de 1944, Cr\$ 14.108.069,40.

Por outro lado, o Decreto-lei n.º 7.563, de 21-5-1945, estabelece, confirmando a Lei n.º 452:

“Art. 3.º — Os imóveis a que se referem os artigos 17 e 20 da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, continuarão a ser alienados em

benefício da Cidade Universitária, de acôrdo com o disposto nos parágrafos dêste artigo.

§ 1.º — O Serviço do Patrimônio da União providenciará a alienação dos citados imóveis, recolhendo as quantias obtidas, imediatamente, a uma conta especial aberta no Banco do Brasil, sob a rubrica "Recursos da Cidade Universitária", conta cuja movimentação sômente poderá ser feita para os fins especificados no § 3.º dêste artigo.

§ 2.º — À medida que o planejamento e a execução da Cidade Universitária forem exigindo novos recursos monetários, serão abertos créditos especiais em benefício da referida obra, os quais serão depositados na conta aberta no Banco do Brasil, em nome do Chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, por fôrça do art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

§ 3.º — Simultâneamente com o que estatui o parágrafo anterior, e em cada lei que determinar a abertura de um crédito especial em favor da Cidade Universitária, será determinado o recolhimento de igual importância ao Tesouro Nacional, como receita extraordinária, e que será debitada ao saldo da conta "Recursos da Cidade Universitária."

Já em 16 de setembro de 1946, em razão do Decreto-lei n.º 9.893, foi excluída da relação dos imóveis destinados ao financiamento das obras da Cidade Universitária, o terreno atualmente ocupado pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos. Nos "consideranda" dessa Lei, é dito:

"Considerando que o terreno que mais bem atende às necessidades da refinaria, de acôrdo com o parecer do Conselho Nacional do Petróleo, é o de propriedade da União, situado na Enseada de Manguinhos, e descrito no art. 1.º do presente Decreto-lei; e

Considerando que, por estar o mesmo incluído entre os que a Lei n.º 452 e o Decreto n.º 1.841, de 5 e 31 de julho de 1937, respectivamente, manda alienar, aplicado o produto da venda na construção da Cidade Universitária, e que, vigentes essas leis, não seria possível o seu aforamento, independente de hasta pública, àquele concorrente, com fundamento em aproveitamento econômico que mereça tal exceção, decreta:

Art. 1.º — Fica excluído das disposições da Lei n.º 452 e do Decreto n.º 1.841, respectivamente de 5 e 31 de julho de 1937, o terreno de marinha e acrescido com área de, aproximadamente, 1.100.000,00 m² (hum milhão e cem mil metros quadrados), situados na Enseada de Manguinhos, Distrito Federal."

Posteriormente e nos termos da Exposição de Motivos n.º 153, de 14 de fevereiro de 1948, opinou o Sr. Diretor-Geral do D. A. S. P. favoravelmente às medidas sugeridas pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde em sua Exposi-

ção de Motivos n.º 107, de 29 de julho de 1947, com ligeira variante, expedientes êsses aprovados pelo Sr. Presidente da República.

Dentre as medidas autorizadas por aquêlo ato, constam as seguintes:

a) aprovar as conclusões unânimes adotadas pela Comissão que foi incumbida de proceder, em definitivo, aos estudos relativos à final localização da futura Cidade Universitária;

b) autorizar a inclusão, nos futuros orçamentos da União, de verbas destinadas à construção da "Cidade Universitária da Universidade do Brasil", seja mediante uma previsão de receita proveniente da alienação dos imóveis arrolados pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, seja à conta da quota constitucional de 10% destinada aos serviços de Educação e Saúde."

Logo a seguir e segundo permissão constante da Lei n.º 447, de 20 de outubro de 1948, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 12.860.000,00 para ocorrer a despesas com a construção da Cidade Universitária.

A partir de 1949, os recursos para o prosseguimento das obras de construção da Cidade Universitária passaram a ser concedidas pelas leis orçamentárias da União, sem quaisquer referências ao fundo constituído pelos imóveis arrolados nas Leis ns. 452 e 461, de 1937, leis essas que, não obstante vigentes, deixaram de ser aplicadas.

Em resumo, a totalidade dos créditos especiais e orçamentários, bem como as respectivas despesas, desde 1937 até 1955, apresenta a seguinte distribuição:

a) anteriores à criação do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil:

De 1937 a 1944, despesas, Cr\$ 7.792.134,40.

b) Daquela data até 1955, inclusive:

ANOS	CRÉDITOS	DESPESAS
	Cr\$	Cr\$
1945/1948.	10.171.073,30	10.151.423,10
1949.	59.921.362,55	34.590.437,85
1950.	65.497.990,50	30.861.621,40
1951.	40.140.291,10	56.235.803,50
1952.	87.998.265,50	124.384.650,00
1953.	195.176.244,60	207.455.826,10
1954.	243.600.000,00	226.932.706,40
1955.	129.600.000,00	171.613.274,60
Reposições e receita eventual.	64.049.259,70	—
Saldo para 1956.	—	33.909.084,10
Recolhido ao Tesouro.	—	19.650,20
Total	896.154.487,25	896.154.487,25

Os gráficos anexos permitem formar uma idéia geral da aplicação e distribuição, por obras, dos recursos acima relacionados, bem como das despesas efetuadas pelo E.T.U.B. para ocorrer aos seus encargos de planejar, fiscalizar e administrar todos os trabalhos ligados à execução da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.